

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Centro Socioeconômico

Curso de Graduação em Relações Internacionais

Talita Silva Yakabi

**O DESAFIO DA “ASCENSÃO PACÍFICA” DA CHINA NO CONTEXTO DAS
RELAÇÕES SINO-JAPONESAS E A DISPUTA PELAS ILHAS DIAOYU/SENKAKU**

Florianópolis

2014

Talita Silva Yakabi

**O DESAFIO DA “ASCENSÃO PACÍFICA” DA CHINA NO CONTEXTO DAS
RELAÇÕES SINO-JAPONESAS E A DISPUTA PELAS ILHAS DIAOYU/SENKAKU**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Helton Ricardo Ouriques

Florianópolis

2014

Talita Silva Yakabi

**O DESAFIO DA “ASCENSÃO PACÍFICA” DA CHINA NO CONTEXTO DAS
RELAÇÕES SINO-JAPONESAS E A DISPUTA PELAS ILHAS DIAOYU/SENKAKU**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota (10,0) à aluna Talita Silva Yakabi na disciplina
CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Florianópolis, 05 de dezembro de 2014.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques (Orientador)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelán
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

A todos que contribuíram para a realização deste trabalho, gostaria de demonstrar aqui a minha gratidão, especialmente:

Aos meus pais, Roberto Yakabi e Maria Rosiméri da Silva Yakabi, por todo o incentivo e apoio prestado ao longo dessa jornada.

Ao meu orientador Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques, pela atenção, pela orientação e pelo aprendizado.

RESUMO

O rápido crescimento econômico e as dimensões geográficas da China fizeram com que o país emergisse como uma potência na região da Ásia Oriental nos últimos anos. No entanto, a ascensão chinesa tem suscitado questionamentos sobre o tipo de potência o país almejará se tornar, se a China irá contestar a ordem internacional vigente dentro do qual se desenvolveu nos últimos trinta anos ou se ela poderá ascender pacificamente. Este trabalho objetiva analisar os aspectos relevantes da trajetória da política externa chinesa, com foco especial no discurso de “ascensão pacífica” do governo chinês, buscando questionar essa estratégia chinesa diante do desafio das relações políticas sino-japonesas da atualidade, especialmente no que diz respeito à disputa pela soberania das ilhas Diaoyu/Senkaku. O conflito por essas ilhas é um tema sensível e complexo para estes dois países, considerando-se o peso que o passado histórico tem nessa disputa, além da questão geopolítica das reservas energéticas na área e as implicações políticas que a resolução deste conflito pode ter em outras disputas territoriais que China e Japão estão envolvidos com outros vizinhos.

Palavras-chave: Ascensão pacífica, China, Japão, relações bilaterais, ilhas Diaoyu/Senkaku.

ABSTRACT

Rapid economic growth and the geographical dimensions of China have caused the country to emerge as a power in the East Asian region in recent years. However, China's rise has raised questions about what kind of power the country aims to become, if China will challenge the current international order within which it has developed over the last thirty years or if China could rise peacefully. This work aims to analyze the relevant aspects of the trajectory of Chinese foreign policy, with special focus on the Chinese government speech of "peaceful rise", seeking to question this Chinese strategy, facing the challenge of the Sino-Japanese political relations at the present, especially regarding the sovereignty dispute over the Diaoyu / Senkaku islands. The conflict over these islands is a complex and sensitive issue for these two countries, regarding the weight of the historical past in this dispute, as well as the geopolitical issue of the energy reserves in the area and the political implications that this conflict might have in other territorial disputes that China and Japan are involved with other neighbors.

Keywords: Peaceful rise, China, Japan, bilateral relations, Diaoyu/Senkaku islands.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Crescimento do PIB chinês 1970-2012.....	13
Figura 2 Disputas de fronteira da China	28
Figura 3 Qual o país é seu maior aliado/ameaça?.....	29
Figura 4 Mapa do Japão	35
Figura 5 Mapa dos territórios ocupados pelo Império do Japão em meados de 1942	38
Figura 6 Percepções sino-japonesas.....	51
Figura 7 Projeção do consumo de petróleo e outros líquidos na China e Japão 2010-2040....	56
Figura 8 Mapa da disputa de borda marítima entre Japão e China e a localização das ilhas Diaoyu/Senkaku.....	58

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	CAPÍTULO 1: A NOVA DIPLOMACIA CHINESA E A ESTRATÉGIA DE ASCENSÃO PACÍFICA.....	12
2.1	A Nova Diplomacia Chinesa e a Estratégia de Ascensão Pacífica.....	12
2.2	É possível a ascensão pacífica chinesa na atualidade?	29
3	CAPÍTULO 2: AS RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS DE JAPÃO E CHINA	35
3.1	O Japão na Ásia	35
3.2	As relações sino-japonesas no século XX.....	41
4	CAPÍTULO 3: A DISPUTA PELA SOBERANIA DAS ILHAS DIAOYU/SENKAKU	54
4.1	As ilhas Diaoyu/Senkaku e o fator geopolítico das reservas de petróleo e gás na região	54
4.2	As bases das reivindicações de China e Japão pela soberania das ilhas	59
4.2.1	Japão	59
4.2.2	China.....	60
4.3	As implicações políticas da disputa pelas ilhas Diaoyu/Senkaku na atualidade	61
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72

1 INTRODUÇÃO

A trajetória de desenvolvimento econômico protagonizada pela China nas últimas décadas faz com que o gigante país asiático, com a maior população e o segundo maior PIB do globo, ressurgisse como uma potência em seu entorno regional e como forte candidata a grande potência global no cenário das relações políticas e econômicas internacionais. O termo “ascensão pacífica” foi idealizado pelo intelectual chinês Zheng Bijian, para justificar as intenções pacíficas de seu país, desmistificando o temor de que a ascensão chinesa poderia ser um perigo para a estabilidade global e amenizando um temor ocidental que surgia frente a uma possível “ameaça chinesa” no começo deste século.

Apesar de a história já ter demonstrado que a emergência de alguma “potência” na ordem mundial, como foi o caso da Alemanha e do Japão no final do século XIX, ter sido acompanhada pelo expansionismo militar e conseqüentemente, ter causado grandes guerras, o termo de Zheng Bijian foi adotado oficialmente no discurso do governo chinês, que defende que a ascensão pacífica da China é possível: o país poderá emergir como potência global, num ambiente de coexistência pacífica com outros poderes hegemônicos já consolidados, sem implicar em grandes rupturas ou tentativas de alterar as regras da ordem internacional e a estabilidade política global.

No entanto, a ascensão chinesa, apesar de ser direcionada por um discurso pacífico, suscita preocupações para o Japão- outra grande potência asiática. Apesar de no âmbito econômico, ambos os países serem de grande importância mútua para suas economias, no cenário político o relacionamento entre essas duas potências regionais tem se tornado cada vez mais delicado. O “peso da história” é um grande entrave ao relacionamento destes dois países, que desde o final do século XIX tiveram suas relações marcadas por conflitos e tensões, que até hoje influenciam na dinâmica do comportamento de um perante ao outro.

Nas relações da atualidade da Ásia Oriental, a disputa das ilhas Diaoyu/Senkaku entre China e Japão configura-se como um dos temas mais importantes no que diz respeito àquela região. A realização dessa pesquisa justifica-se pelo fato de que China e Japão são duas potências com grande peso e influência na Ásia, no entanto, o relacionamento político dos países tem sofrido cada vez mais erosões, resultante principalmente da contínua escalada de tensões na contestação da soberania das ilhas Diaoyu/Senkaku pelos dois países.

O tema da disputa das ilhas não é objeto de pesquisa de muitos estudos já realizados no Brasil e a maioria do material já publicado sobre o assunto está disponível apenas em outros idiomas. Esta monografia visa contribuir para aumentar a bibliografia disponível em português sobre o assunto, no âmbito da política internacional da região da Ásia Oriental.

O objetivo é analisar os aspectos relevantes da trajetória da política externa chinesa recente, com foco especial no discurso de “ascensão pacífica”, para questionar a dimensão do desafio para o governo chinês que será sustentar essa estratégia de “ascensão pacífica” no contexto das relações políticas sino-japonesas da atualidade, no que tange a soberania das ilhas Diaoyu/Senkaku.

A motivação em escolher tratar nesta pesquisa sobre as relações sino-japonesas e a contestação das ilhas Diaoyu/Senkaku nesse cenário de discurso de ascensão pacífica defendido pelo governo chinês, é que o Japão também apresenta capacidades econômicas, políticas e potencial militar suficiente para desafiar a emergência, influência e poder da China, além do fato de gozar da postura de aliado estratégico dos Estados Unidos, o que interfere na dinâmica de poder na região. A disputa pelo espaço do mar territorial no Mar do Leste, e especialmente a disputa pela soberania sobre as referidas ilhas Diaoyu/Senkaku, configuram-se hoje como um dos maiores empecilhos nas relações políticas sino-japonesas. Na atualidade este conflito envolve uma série de fatores importantes, como o longo contexto histórico de contestação por ambas as partes; as implicações políticas que a aquisição da soberania das ilhas Diaoyu/Senkaku poderia ter nas disputas de China e Japão com outras nações asiáticas por outros territórios; a importância geopolítica daquela área, após a descoberta de reservas energéticas de gás e petróleo na década de 70; além das implicações que este conflito provoca na população doméstica das duas nações. O estudo justifica-se em observar, em uma primeira parte, o contexto da estratégia da ascensão pacífica chinesa na atualidade, ao traçar uma análise da diplomacia chinesa desde fundação da República Popular da China em 1949, com foco no período pós-abertura, no final da década de 70, quando a China realizou importantes reformas econômicas que ajudariam a projetar mais tarde o país na ordem internacional. Foi nessa época quando a China tinha como foco principal de sua política externa o desenvolvimento econômico interno que Deng Xiao Ping lançaria as bases, do que mais tarde no século XXI, tornou-se o discurso de ascensão pacífica ou desenvolvimento pacífico da China. Após a análise da evolução da estratégia de emergência pacífica da China, estudar-se-á, no segundo capítulo, uma análise breve do papel do Japão na Ásia Oriental e as relações sino-japonesas, dando enfoque ao âmbito político e aos acontecimentos mais

importantes no relacionamento das duas nações desde a Primeira Guerra Sino Japonesa até a atualidade, de modo a compreender como esse cenário histórico de rivalidade do último século afeta nas interações atuais entre os dois vizinhos, com percepções negativas que cada parte tem uma em relação à outra. Por fim, no último capítulo, buscar-se-á trazer para esse debate das relações bilaterais, a disputa pela contestação da soberania das ilhas Diaoyu/Senkaku e as implicações desse contencioso nos interesses estratégicos para ambos os Estados, assim como o recente acirramento das tensões naquela área, que se coloca cada vez mais como um desafio potencial a estabilidade e paz na Ásia Oriental.

O estudo não objetiva criar hipóteses sobre como se desencadeará as negociações da resolução das Ilhas Diaoyu/Senkaku, nem ir afundo nos interesses de um terceiro ente que também contesta a soberania das ilhas (Taiwan), assim como as implicações de segurança internacional que esse conflito tem gerado na região. No entanto, buscar-se-á, ao final da pesquisa, amadurecer e aclarar ideias sobre o discurso de ascensão pacífica da China, e o desafio dessa estratégia nas relações com o Japão na disputa pela soberania das ilhas Diaoyu.

2 CAPÍTULO 1: A NOVA DIPLOMACIA CHINESA E A ESTRATÉGIA DE ASCENSÃO PACÍFICA

Este capítulo tem por objetivo, realizar uma trajetória histórica da recente diplomacia chinesa, com foco para o período pós-abertura (1978) e a criação e utilização do discurso de “ascensão pacífica”, que mais tarde foi substituído por “desenvolvimento pacífico”, e finalmente apresentar um embasamento teórico de alguns autores, a respeito da possível ascensão pacífica chinesa. O capítulo está dividido em duas partes: a primeira trata a respeito da nova diplomacia chinesa e a estratégia de ascensão pacífica, a segunda parte faz uma reflexão se será possível a ascensão pacífica chinesa, de acordo com alguns teóricos de relações internacionais.

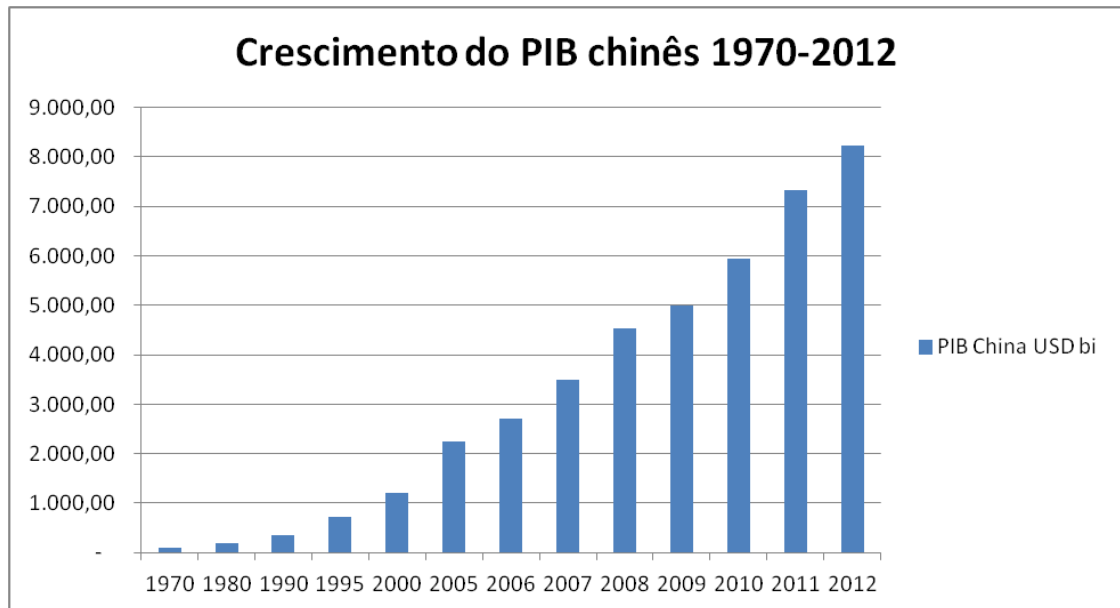
2.1 A Nova Diplomacia Chinesa e a Estratégia de Ascensão Pacífica

A China ressurgiu como uma potência em ascensão no cenário internacional e traz consigo a questão de que tipo de potência este país ambiciona se tornar. O espetacular crescimento econômico chinês nos últimos anos tem colocado este país cada vez mais nas discussões atuais, não somente no âmbito da economia, mas também da política internacional. A República Popular da China faz fronteira com 14 países: Mongólia, Rússia, Coreia do Norte, Vietnã, Laos, Mianmar, Índia, Butão, Nepal, Paquistão, Afeganistão, Tajiquistão, Quirguistão e Cazaquistão; e tem uma população de 1,35 bilhões (UN, 2012); além de ocupar o posto de segunda maior economia do mundo, com bons indicadores econômicos - crescimento do PIB em 7,7%, taxa de desemprego de 4,1% em 2013¹; e ser o segundo maior receptor mundial de Investimento Estrangeiro Direto em 2012². Segundo o Fundo Monetário Internacional, em 1980 a participação do PIB chinês como parte economia mundial era inferior a 2%, comparado com o valor de aproximadamente 15% em 2013.

¹ Fontes: Bureau Nacional de Estatísticas. Disponível em: < <http://www.stats.gov.cn/english/>>. Acesso em 6/04/2014.

² Fonte: UNCTAD, 2014. Disponível em: <<http://unctad.org/en/pages/PublicationWebflyer.aspx?publicationid=588>>. Acesso em 03/04/2014.

Figura 1 Crescimento do PIB chinês 1970-2012



Elaboração própria. Dados: World Bank 2014.

Em relação à trajetória histórica chinesa, até meados do século XIX, a China era tida como uma região com níveis elevados de progresso material, rivalizando os padrões ocidentais. No entanto, a revolução industrial e a constituição de um sistema capitalista internacional, sob a liderança das potências ocidentais, alteraram o quadro de relativo equilíbrio. A ascensão do Ocidente teve por contrapartida a retração do mundo oriental. Somente a partir da segunda metade do século XX, particularmente nas últimas três décadas, a China iniciou sua trajetória de recuperação.

A “Nova Diplomacia” da China teve início em 1949, com a Revolução chinesa, quando o país passou a exercer papel de maior relevância no cenário internacional em relação aos anos anteriores. No contexto da Guerra Fria a China era membro e líder do Movimento dos Não Alinhados, além de participante dos países do Terceiro Mundo. Sob o comando de Mao Zedong, os comunistas se impuseram a tarefa de recuperar o poderio chinês. Nesta trajetória, em vários momentos manifestou-se o desejo de sobrepujar as potências ocidentais. No Grande Salto Adiante (1958-1963), Mao prometia que a produção siderúrgica chinesa iria ultrapassar a britânica. Mesmo hoje, as lideranças chinesas apontam que o ano de 2050 marcará a realização da promessa de Mao de que a China concretizaria seu *catching up*, deixando para trás mais de cem anos de derrotas e humilhações (CARDOSO, Jr et al; 2009).

Inicialmente, após 1949, China e União Soviética mantinham-se contra o imperialismo americano (especialmente após os Estados Unidos romperem relações diplomáticas com a

China e apoiarem o governo de Taiwan). No entanto, durante os últimos anos de Mao, a política externa chinesa era dominada por receio em relação a sua vizinha, a União Soviética. Os ressentimentos de Beijing remontavam à retirada dos assessores soviéticos em 1960 e a inclinação de Moscou à Índia (com quem a China também tinha conflitos de fronteira) nessa mesma época. A invasão soviética a Tchecoslováquia em 1968, e os conflitos de fronteira com a China no ano seguinte tornaram as relações ainda mais voláteis. A alternativa encontrada para a China foi de nos anos 70, melhorar suas relações com os Estados Unidos.

A década de 70 foi crucial para a história da política externa chinesa. A República Popular da China ascendeu a posição de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas em 1971, substituindo o posto que era ocupado até então, pela República da China (Taiwan). Após esse reconhecimento do governo da China nas Nações Unidas, durante os anos 70, mais de 50 países do globo reataram as relações diplomáticas com a China, dentre eles, o Brasil (1974).³ Outro fator relevante foi que o rompimento com a União Soviética no início dos anos 60, fez com que a China reconhecesse em alguns de seus vizinhos regionais (Coréia, Vietnã, Camboja, Laos e Índia) aliados da União Soviética. Diante de tal cenário, o grande inimigo imperialista, os Estados Unidos, passou a tornar-se um aliado estratégico dos chineses durante este período da Guerra Fria. De acordo com Amaral:

“Considera-se que a partir do encontro entre Nixon e Mao, a China passou a desenvolver uma “Moderna Diplomacia”, entrando agora numa fase, cujas diretrizes se concentram no desenvolvimento pacífico, na chamada ascensão pacífica” (AMARAL, 2012, p. 45)

O referido encontro citado pela autora ocorreu no ano de 1972 e o termo de “Moderna Diplomacia” foi criado pela mesma para diferenciar a Nova Diplomacia (chinesa), que para ela abrange o período de 1949-1973. Sobre tal encontro, Kissinger, na época Secretário de Estado de Nixon, discorre sobre o evento como uma das poucas ocasiões em que uma visita estatal provocou uma mudança relevante nos assuntos internacionais. Para ele, a reentrada da China no jogo diplomático global e o aumento das opções estratégicas dos Estados Unidos, deram uma nova vitalidade e flexibilidade para o sistema internacional (KISSINGER, 2011). Após a visita de Nixon, abriram-se as portas para outras visitas comparáveis de outros líderes

³ A Política de uma China (ou Política de uma China única) é o princípio segundo o qual existiria apenas uma China e que a China Popular, o Tibete, Hong Kong, Macau, Xinjiang e a China Nacional (Taiwan) são, todos, parte daquela China. Todos os países que desejem manter relações diplomáticas com a República Popular da China (RPC) são obrigados a reconhecer este princípio. Reconhecer que existe apenas uma China também é um pré-requisito estabelecido pela RPC para negociar com o governo da República da China (Taiwan). Para mais informações acessar *Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China*. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/>. Acesso em: 15/09/2014.

de democracias ocidentais e do Japão. Além disso, desse encontro resultou o *Shanghai Communiqué*, que tinha em seu conteúdo, a adoção de cláusulas de anti-hegemonia, significando, de fato, uma mudança de alianças. Para este mesmo autor:

“A recompensa da reaproximação Sino-Americana não seria um estado de amizade perpétua ou harmonia de valores, mas um rebalanceamento do equilíbrio global que requeria cuidado constante e talvez, com o tempo, produziria uma maior harmonia de valores. Neste processo, cada lado seria o guardião de seus próprios interesses e cada um iria buscar usar o outro como uma fonte de influência nas suas relações com Moscou” (KISSINGER, 2011, p. 274, tradução nossa)

No entanto, contrapondo-se a essa visão, para o historiador Dietrich (1998), essa visita de Nixon mal teria aberto a porta para as relações Sino-Americanas: a política doméstica em ambos os países impossibilitaram isso, já que continuou o reconhecimento e apoio militar dos Estados Unidos para Taiwan. Além disso, nos anos 70, a China retratava-se como um membro do Terceiro Mundo e apelava pela vigilância contra o “hegemonismo” das superpotências. Dietrich argumenta que foi a morte de Mao em 1976, e o contexto da *détente* no cenário internacional, que fizeram com que esses impasses começassem a ser mais relaxados, culminando com o reatamento completo das relações Sino-Americanas em 1979.

Sobre este importante evento, o reatamento das relações teve grande impacto na política externa chinesa do período, pois após retomar as relações com os Estados Unidos, a China conseguiu sair triangulação (EUA, União Soviética e China) deixando que o conflito se concentrasse entre norte-americanos e soviéticos, possibilitando assim, que o país adentrasse a década de 80, pronto para maximizar os benefícios de suas relações com o mundo em geral (AMARAL, 2012).

Concomitantemente a este período, alguns líderes da era pós-Mao tinham consciência de que a estratégia interna introvertida e baseada na coletivização forçada, assim como outras medidas de política doméstica não haviam logrado resultados em termos de reafirmação do poderio chinês. Tais pontos passaram a nortear a visão de reformistas como Deng Xiao Ping, sendo aquele comprometido com um pragmatismo moderado na política externa em relação ao Ocidente e favorável ao aumento do comércio com os países desenvolvidos. Embora nunca tenha se tornado Chefe do Partido Comunista ou de Estado, Deng Xiao Ping teve grande influência política, e papel protagonista na história da China moderna, ajudando a arquitetar no país, importantes reformas econômicas. Uma vez no poder, Deng e os novos líderes deram início a um processo de abertura gradual da economia e modernização econômica acelerada, com a transição de planejamento central rumo a uma economia de base de mercado. No

âmbito da política doméstica, foram encorajados os empreendimentos rurais, assim como os negócios privados, gerando investimentos na produção industrial e na educação de mão de obra. As reformas foram responsáveis por promover o desenvolvimento dos principais setores da economia chinesa, sendo denominado de “Quatros Modernizações”: agricultura, defesa, indústria e tecnologia. Além disso, foram criadas as zonas econômicas especiais para atração de investimento estrangeiro direto e o comércio exterior foi facilitado. Tais objetivos almejados por Deng e seu grupo seriam realizados de maneira cautelosa: a liderança buscava nos termos chineses “cruzar o rio sentindo as pedras”. Os novos detentores do poder não iriam deixar a ideologia restringir suas reformas, ao contrário, foi lançado o termo “socialismo com características chinesas”, para explicar o novo rumo que se estava tomando, sendo que “características chinesas” era tudo o que pudesse trazer maior prosperidade à China. Sendo assim, o domínio de propriedade individual e coletiva, mercados e preços passaram a ser vistos como necessários à economia. Sobre este período de abertura gradual, Naughton (2007) discorre que a abordagem chinesa na transição geral de sua economia, incluindo uma determinação muito independente de prosseguir com um programa de reformas com “características chinesas”, está plausivelmente relacionada, aos traumáticos 100 anos de encontro com o Ocidente, anteriores à Revolução Chinesa.⁴

Em relação à política externa, a China emergia do isolamento da era Mao. A política de oposição às superpotências, aproximação com países em desenvolvimento, relativo isolamento das organizações internacionais e autarquia econômica ficara para o passado. No contexto das formulações de política externa, o processo de tomada de decisão, apesar de ter se tornado mais aberto em comparação com o período anterior em que Mao tinha a “palavra final”, contudo, permaneceria altamente centralizado (FRAVEL; MEDEIROS, 2003).

Sendo assim, foi lançada a política de “Portas Abertas” para o comércio, tecnologia, investimento e turismo. Buscando equiparar-se a Hong Kong, Taiwan, Cingapura e Coréia do Sul,⁵ os líderes chineses buscaram trazer a tecnologia estrangeira, e realizaram políticas de fomento às exportações, de maneira a trazer maiores volumes de divisas estrangeiras para o país. Em 1980 foram lançadas as quatro Zonas Econômicas Especiais, cujo propósito era

⁴ O século XIX é conhecido na China como o século das “humilhações”, quando ocorreram guerras com potências ocidentais pela abertura de portos chineses ao comércio estrangeiro. Em 1900, o número de portos abertos ao comércio com o ocidente, chamados de “portos de tratado”, chegava a mais de cinquenta, sendo a maior parte das potências europeias, assim como os Estados Unidos, tinham concessões e privilégios comerciais. Para mais informações ver: DIETRICH, C. *People’s China: A Brief History*. New York: Oxford University Press; 1998 e Naughton B. *The Chinese Economy: Transitions and Growth*. Cambridge: MIT, 2007.

⁵ Os denominados Tigres Asiáticos que desde a década de 60 obtiveram grande crescimento econômico.

promover as exportações, fornecendo enclaves e incentivos ao investimento estrangeiro e as *joint ventures*. A Lei sobre *Joint-Ventures* sino-estrangeiras (1979) foi criada para permitir o investimento estrangeiro. Como resultado, já no ano de 1984, 14 cidades costeiras e três regiões recebiam tratamento preferencial para tais tipos de investimento. Além disso, em 1980 a China tornou-se membro do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, e começou a participar em suas deliberações e receber fluxos de empréstimos estrangeiros para o país, demonstrando uma boa vontade- em algum grau sem precedentes- de abandonar uma visão antiga de séculos de uma economia chinesa autossuficiente, ao juntar-se a ordem econômica internacional. Um grande número de estudantes, pesquisadores e especialistas chineses viajaram para o exterior: entre 1979 e 1987, somente os Estados Unidos emitiram 56,000 vistos para estudantes e pesquisadores, dos quais 20,000 retornaram a China até 1988 (DIETRICH, 1998). Durante a década de 1980, a China tentou combinar a economia planificada com as reformas de mercado para aumentar a produtividade, os padrões de vida e a qualidade tecnológica sem agravar a inflação, o desemprego e os déficits de orçamento. As reformas implementadas no final dos anos 70 possibilitaram uma média de crescimento do PIB de 10% do PIB chinês nos últimos trinta anos⁶, comparados com a taxa de 3,7% para o período 1960-1977 (NONNENBERG, 2010).

No âmbito regional, foram nos anos 80 que os laços tradicionais com as partes da “China marítima”⁷ fora da República Popular da China foram rapidamente revividos. A localização das Zonas Econômicas Especiais refletia a importância que os líderes chineses colocavam em reestabelecer esses laços para além das fronteiras. Depois de 1978, a capacidade das firmas que tinham sido desenvolvidas em Hong Kong e Taiwan foi integrada com o trabalho e outros recursos dentro da China continental, criando um crescimento explosivo em investimentos estrangeiros advindos dessas regiões.

É neste cenário de transição que a China lançou um discurso de diplomacia comprometida com a paz e a promoção do desenvolvimento. Deng Xiao Ping refutava a ideia de que a China buscava tornar-se uma potência. Para ele, uma superpotência seria um país imperialista que em todos os lugares sujeita outros países à sua agressão, interferência, controle, subversão ou pilhagem, e luta pela hegemonia mundial (DENG, 1974).⁸ A

⁶ Fonte "*Report for Selected Countries and Subjects*"-2013. Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em 6/04/2014.

⁷ A diáspora chinesa localizada no Leste e Sudeste Asiático

⁸ “A China não é uma superpotência, e jamais irá procurar ser uma. O que é uma superpotência? Uma superpotência é um país imperialista que em todos os lugares sujeita outros países à sua agressão, interferência,

advertência dele era de que o país deveria manter-se humilde e cauteloso, não atrair atenção, abster-se de tomar a liderança e levantar bandeira ou buscar expandir-se, evitando confrontos externos. No entanto, para Deng esses princípios não impediriam o país de defender-se quando seus interesses fossem afetados, assim como o fez a China, por exemplo, quando o governo Britânico realizou um pedido, na década de 80, em continuar a administração da ilha de Hong Kong, mesmo depois de Londres ter reconhecido a soberania chinesa sobre o território depois de 1997. No entanto, a China não tinha o desejo de intensificar as hostilidades com nenhuma das superpotências EUA e União Soviética, ao contrário, para sua estratégia, um ambiente pacífico e relativamente livre de conflitos externos permitiria ao país concentrar seus esforços e recursos no seu próprio desenvolvimento econômico, incentivando os investimentos, tecnologia e comércio com os países desenvolvidos. A célebre frase de Deng: “esconder suas capacidades, esperar o seu tempo, e se esforçar para alcançar algo”⁹ dizia respeito à maneira como a China deveria se comportar nessa estratégia de buscar o desenvolvimento doméstico em um ambiente pacífico.

A nova constituição chinesa de 1982 expressava os seguintes princípios norteadores da política externa do país:

"A China adere a uma política externa independente, assim como aos cinco princípios de respeito mútuo para com a soberania e integridade territorial, não-agressão mútua, não-interferência nos assuntos internos de outros países, benefícios igualitários e mútuos, e coexistência pacífica no desenvolvimento de relações diplomáticas e nos intercâmbios econômicos e culturais com outros países; a China consistentemente se opõe ao imperialismo, hegemonia e colonialismo, trabalha para fortalecer a unidade com os povos de outros países, apoia as nações oprimidas e os países em desenvolvimento na sua justa luta para ganhar e preservar a independência nacional e desenvolver as suas economias nacionais, e se esforça para salvaguardar a paz mundial e promover a causa do progresso humano. " (PEOPLE, 2014, tradução nossa).¹⁰

Em relação à conjuntura internacional do final da década de 80 e início dos anos 90, o mundo assistia ao desmantelamento da União Soviética e do socialismo no Leste Europeu, e muitos estudiosos ocidentais debatiam que a China teria um caminho similar ao da Polônia e Rússia, mais precisamente, que a transição gradual do socialismo para economia de mercado

controle, subversão ou pilhagem, e luta pela hegemonia mundial". "China is not a superpower, nor will she ever seek to be one. What is a superpower? A superpower is an imperialist country which everywhere subjects other countries to its aggression, interference, control, subversion or plunder and strives for world hegemony." DENG, 1974. Discurso completo disponível em: < <https://www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1974/04/10.htm>>. Acesso em: 12/09/2014.

⁹ "Hide one's capabilities and bide one's time, and endeavor to achieve something" (KISSINGER, 2011, p. 510).

¹⁰ Texto completo disponível em:

< <http://english.people.com.cn/92824/92845/92870/6441512.html>>. Acesso em: 12/09/2014.

não funcionaria (DIETRICH, 1998). Contudo, o socialismo chinês sobreviveu e a China adentrava na década de 90 mostrando uma dupla face ao mundo Ocidental: por um lado, a face de uma China que se tornava mais próspera após uma década das reformas de Deng, e que viria a se tornar uma das maiores economias e parceira internacional de comércio no mundo, aumentando o padrão de vida de milhares de chineses; do outro lado, uma face autoritária, sublinhada pela maneira de como o governo chinês lidou com o incidente de Tiananmen em 1989, o que serviu para erodir a imagem chinesa perante o Ocidente e o Japão, que muito criticaram o ocorrido (DIETRICH, 1998).

Foi também nesse período que ocorria a transição democrática em diversos países, a expansão do comércio, da atividade de multinacionais e mercados de capitais; e a região do Leste da Ásia tornou-se uma das mais dinâmicas. Um mundo não mais contestado por duas superpotências deu lugar a multipolaridade sob uma superpotência, e a China mais próspera, teria um papel mais relevante no seu entorno regional e global. Inicialmente nesse período, o país demonstrava receio em tornar-se parte de arranjos regionais ou multilaterais, temendo que desempenhasse um papel secundário ao Japão e tendo em mente que os Estados Unidos iriam opor-se a qualquer organização regional do qual ele fosse excluído (JACQUES, 2012). Contudo, foi neste mesmo período, que a China logrou restaurar ou estabelecer as relações diplomáticas com países próximos: Cingapura (1990), Indonésia (1990), Brunei (1991) e Coreia do Sul (1992); além da normalização das relações com o Vietnã (1991) e a Rússia (1989). Além disso, em resposta ao colapso da União Soviética, a China juntamente com a Rússia, Cazaquistão, Tajiquistão, e Quirquístão, estabeleceu a *Shanghai Five*, com o objetivo de aumentar a cooperação entre esses países a nordeste da fronteira chinesa. Em 2001 isso se consolidaria na *Shanghai Cooperation Organization*, que daria maior impulso no relacionamento daqueles países. É relevante ressaltar que no final da década, a estratégia chinesa a respeito do seu entorno regional tomaria um novo rumo e seria implementada com grande velocidade:

O coração da nova estratégia chinesa, apesar, de não se assentar tanto no nordeste, mas no sudeste, nomeadamente o Sudeste da Ásia, uma região para a qual a China tinha exibido negligência benigna e indiferença tradicional por séculos. Não é exagero sugerir que o ponto de apoio da estratégia da China no Leste da Ásia - certamente, como tem evoluído ao longo da última década, aproximadamente, - veio a depender de uma reviravolta em sua atitude em relação a ASEAN, a organização das dez nações do Sudeste da Ásia Oriental, que foi formada em 1967 (JACQUES, 2012, p. 349, tradução nossa).

Ao final desta década, a China sentia-se cada vez mais confiante, o que possibilitava ao país cogitar perspectivas mais ambiciosas. Ela estava a um passo de tornar-se membro da

Organização Mundial do Comércio, o que marcaria sua entrada no sistema internacional de comércio, assinalando uma aceitação global do multilateralismo. No cenário internacional sua posição era cada vez mais destacada, devido à sustentação de um crescimento robusto de mais de duas décadas, e no seu âmbito regional, o país havia se tornado mais integrado, desempenhando gradualmente um papel mais relevante e central. Fravel e Medeiros (2003) ressaltam que a China adentrava o novo século, com uma política externa que via o seu próprio país como um poder global emergente com diversas variedades e interesses- não mais uma nação em desenvolvimento vitimizada, como na era de Mao e Deng Xiao Ping. Buscando melhorar a imagem negativa do pós- Tiananmen, a China passaria a exercer uma posição mais assertiva, com uma abordagem internacional e regional menos confrontante, mais sofisticada e confiante e mesmo em algumas ocasiões, mais construtiva. O processo de tomada de decisão de política externa desse novo período (e que perdura até os dias atuais) seria marcado por uma maior institucionalização e descentralização das decisões, tornando-se menos dependente de líderes como nos períodos anteriores.

Com a chegada do novo milênio, o país desfrutava de uma posição cada vez mais central na arena econômica regional, sustentada pelo fortalecimento do comércio com seus vizinhos, afugentando o receio de que o país poderia vir a ter papel de subordinado ao Japão, potência econômica da Ásia desde os anos 70. A crise asiática de 97/98 serviria para reforçar as relações entre a China e as economias do Sudeste asiático, já que aquelas após um longo período de espetacular crescimento econômico emergiram dos efeitos da crise mais conscientes de suas vulnerabilidades perante a volatilidade global, e enfraquecidas pelos efeitos das soluções impostas pelos Estados Unidos e Fundo Monetário Internacional, de maneira a vislumbrar na China, uma nova luz. O país passou de vizinho rival que deveria ser temido por seus motivos sempre sujeitos à suspeitas, a uma potencial nação amiga e parceira (JACQUES, 2012). O grande avanço no relacionamento econômico entre a China e estes países viria a acontecer com a proposta chinesa, feita em 2001 na Cúpula da ASEAN¹¹ (conhecida como ASEAN + 1), no qual a China propôs a criação de uma área de livre comércio com aquele bloco, para ser estabelecida em 2010. Esse acordo e os posteriores tiveram um grande impacto na dinâmica política do Leste da Ásia, pois anteriormente a eles, o Japão, que era ator principal nas relações das economias do Sudeste Asiático, resistia em adentrar em acordos de comércio regionais, preferindo operar em acordos bilaterais. Após esse ousado passo tomado pela diplomacia chinesa, o Japão sentiu que perdia espaço naquela

¹¹ Associação das Nações do Sudeste Asiático

área e desde então, tentaria compensar a situação, com o lançamento da primeira cúpula, em 1997, da ASEAN+3, que mais tarde foi formalizada em evento regular¹².

O novo milênio também deu lugar a uma nova liderança chinesa no poder: a “quarta geração” comandada pelo presidente Hu Jintao e o premiê Wen Jiabao. Sob esta gestão abriu-se uma nova perspectiva na tarefa de gerenciar o desenvolvimento chinês e definir seu papel no mundo. Eles assumiam a posição de responsabilidade nacional numa China que acabara de adentrar de forma completa, na ordem econômica internacional, revelando-se cada vez mais, como um poder em ascensão que despertava interesses no globo. A China sob Hu e Wen aspirava antes de tudo a normalidade e estabilidade. Seus objetivos, na fórmula oficial eram o de uma “sociedade harmônica” e um “mundo harmônico”.

A política doméstica ficaria focada na continuidade do desenvolvimento econômico e na preservação de uma harmonia social dentre uma população que vivenciava uma prosperidade sem precedentes, acompanhada de níveis cada vez maiores de desigualdades. A política externa visaria evitar movimentos dramáticos, e buscaria primordialmente um ambiente internacional pacífico e acesso a matérias primas que garantissem a continuidade do crescimento econômico e seu gigante programa de urbanização. O país passaria a dar atenção especial em suas relações com o mundo em desenvolvimento, lançando oficialmente em 2001, a estratégia de “*Going Global*”, cuja intenção era manter relações próximas com países produtores de commodities, que se desdobraram em efeitos dramáticos no relacionamento da China com países da América Latina, África e em menor extensão, Oriente Médio e Ásia Central. O mundo ocidental assistia perplexo a uma China que cada vez mais ocupava novos espaços econômicos nas diferentes áreas do globo, de maneira a causar preocupações, sobre que tipo de poder nascente estaria se tornando aquele país e se a China se tornaria uma ameaça à estabilidade internacional. Neste contexto, em resposta a tais temores, advindos especialmente do mundo Ocidental, um novo conceito de política externa foi lançado pelo governo chinês, e este seria considerado o norteador da política externa chinesa para o século XXI: a ideia de “ascensão pacífica”.

O conceito de “ascensão pacífica” foi utilizado pela primeira vez em 2002, por Zheng Bijian, no China Reform Forum, nos Estados Unidos¹³. Ele tem suas origens nos fins dos anos

¹² Asean+3 é o termo designado para as cúpulas realizadas pela ASEAN em que também participam Japão, China e Coréia do Sul.

¹³ Zheng Bijian foi um importante intelectual que trabalhou em diversas posições governamentais, desde trabalhos acadêmicos, a cargos de importância no Ministério da Propaganda e também como vice-presidente do Central

90, quando acadêmicos e analistas chineses começavam a apropriar-se do pensamento e terminologia ocidental, ao escrever e falar publicamente sobre a “ascensão chinesa”. Foi nesse período que esses estudiosos de relações internacionais da China começaram a estudar a abordagem de *soft power* de Nye e Keohane de maneira mais objetiva. Herdando as visões tradicionais de sua cultura milenar, estes formuladores de conceitos começavam a visualizar o *soft power* como indispensável na tentativa chinesa de fortalecimento nacional e recuperação do status de grande poder (SHENG, 2010). Sobre o conceito de *soft power*¹⁴, ele está inserido na concepção neoliberal destes dois autores que argumentam (em contraposição e teorias realistas sobre o poder) que os Estados escolhem cooperar nas relações internacionais na maioria dos casos. Na visão deles, os poderes em ascensão não são por definição ameaças. Em vez disso, eles são frequentemente propensos a cooperar com outros Estados, pois é do seu interesse fazê-lo. Eles podem buscar utilizar as instituições como mecanismo para a busca de ganhos mútuos e reduzir o risco da sua própria conduta ilegal ou manipulação perigosa de outros estados. Nessa visão institucionalista, o aumento do poder poderia transformar o status quo através de um processo evolucionário, ao invés de um disruptivo, baseado em mudanças incrementais. A teoria realista via que para as potências ascendentes, os ganhos de riqueza absolutos são mais importantes que os ganhos de poder relativos a outros estado. Em contraponto, a abordagem conceitual de *soft power* serviria para analisar as políticas externas no período do pós- Guerra Fria, que tinha como uma das suas características o aumento da interdependência entre os estados. O *soft power* advém de recursos atrativos que dispõe um estado: sua cultura (sendo atraente para os outros), valores políticos (quando se faz jus daqueles no âmbito interno e externo) e política externa (quando vista com legitimidade e com autoridade moral).

Visto esse breve esclarecimento a respeito do conceito de *soft power*, em relação ao lançamento da estratégia de “ascensão pacífica”; anteriormente ao evento do *China Reform Forum*, Zheng Bijian realizou encontros nos Estados Unidos, com diversos acadêmicos e oficiais da administração Bush, para discutir as percepções dos americanos sobre o papel emergente da China nas relações internacionais. Com isso, pôde concluir que existiam visões polarizadas e uma incerteza difusa nos americanos, sobre o futuro da China como um poder

Committee’s Central Party School. Este último cargo era o que Bijian ocupada quando discursou no China Reform Forum, que servia para discussão de questões domésticas chinesas e internacionais.

¹⁴ Ver Keohane and Joseph Nye, *Power and Interdependence* (Boston, MA: Little, Brown and Co.,1977; Joseph S. Nye, Jr, *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power* (New York: Basic Books,1990), p. 26.; e Joseph S. Nye, Jr, *The Paradox of American Power: Why the World’s Only Superpower Can’t Go It Alone* (New York: Oxford University Press, 2002), pp. 8–12.

relevante, e que tal fato poderia complicar as relações Sino-Americanas e prejudicar a busca chinesa de status de grande poder (GLASER; MEDEIROS, 2007).

Em resposta a tese da ameaça chinesa que vinha ganhando impulso no país, e que via a China como um potencial estado revisionista e rival competidor da dominância militar americana na Ásia que ameaçaria a paz mundial e estabilidade regional, Zheng proferiu o discurso que lançaria a ideia de “ascensão pacífica” para o mundo:

“A China tomará uma trajetória de desenvolvimento, totalmente diferente daquelas adotadas pelas principais potências em ascensão no mundo, desde a história moderna. Esse será um novo caminho de desenvolvimento. Eu gostaria de enfatizar um ponto: nossa trajetória será diferente daquelas adotadas pela Alemanha na Primeira Guerra Mundial e do Japão na Segunda Guerra Mundial, quando esses tentaram reformular o ambiente político mundial através de guerras de agressão. Nosso caminho também difere daquele da URSS, durante o predomínio de Brezhnev, que se apoiava em um bloco militar e numa corrida armamentista, de maneira a competir com os Estados Unidos pela supremacia mundial. O caminho da China baseia-se nos seguintes fatores, nomeadamente: apoiar-se em seu próprio desenvolvimento; na abertura de mercados; inovação institucional; conectar-se com a economia globalizada ao invés de isolar-se disso; e apoiar-se na reciprocidade e benefício mútuo com outros países, no propósito de alcançar relações de ganhos mútuos¹⁵ (ZHENG BIJIAN, 2002, p.13, tradução nossa).

No ano seguinte, no evento do Forum de Boao, Zheng Bijian explicitaria as principais premissas desse novo conceito, introduzindo uma questão crucial para a definição de ascensão pacífica: o sucesso econômico desempenhado pela emergência da China poderia ser benéfico também para outros países, principalmente para os vizinhos asiáticos, pois num cenário das próximas duas ou três décadas, a Ásia iria passar por uma rara oportunidade histórica de ascensão pacífica e, a emergência chinesa seria parte desta ascensão pacífica asiática. Esse discurso, intitulado “A nova via para a ascensão pacífica chinesa e o futuro da Ásia”¹⁶ estava direcionado aos vizinhos da China, de forma a criar uma imagem mais benigna do país pós-Tiananmen. Algumas nações asiáticas viam certas atitudes chinesas (como os exercícios militares e testes de mísseis no estreito de Taiwan em meados dos anos 90) como uma fonte de insegurança na região, desempenhando a China um papel no “dilema de segurança” da Ásia Oriental (GLASER; MEDEIROS, 2007). Sendo assim, Zheng apontou que seu país deveria assumir um papel mais ativo no desenvolvimento, prosperidade e estabilidade, para todos os outros países daquela região. O conceito de ascensão pacífica não dependeria somente da China isoladamente. Ela demandaria ajuda do resto do mundo para a criação de um ambiente internacional, onde essa via de ascensão fosse possível ocorrer (ZHENG, 2003).

¹⁵ O autor utiliza o termo *win-win relations*.

¹⁶ The New Road of China's Peaceful Rise and the Future of Asia

Os líderes chineses logo abraçaram o conceito de ascensão pacífica nos seus discursos de política externa. Já no final de 2003, Wen Jiabao foi o primeiro a utilizar este termo publicamente, num discurso proferido em Harvard. Em 2004, durante o 10º Congresso Nacional do Povo, Wen iria adicionar aos princípios de coexistência pacífica¹⁷ nas relações com outros países, cinco novas premissas que seriam essenciais para a ascensão pacífica da China e seus objetivos: aproveitar a vantagem da paz mundial para promover o desenvolvimento da China e salvaguardar a paz mundial por meio do desenvolvimento chinês; basear-se na força da própria China e de seu trabalho independente e forte; continuar a política de abertura, atuando ativamente no comércio internacional e trocas econômicas; a ideia de que a ascensão pacífica estaria presente por várias gerações; e não significaria “estar no caminho de outro país” ou “ameaçar outro país”, ou ainda conseguir alcançar a sua ascensão ao custo de outra nação. O conceito de ascensão pacífica parecia ser a primeira estratégia nacional concreta de política externa do governo Hu Jintao/ Wen Jiabao (AMARAL, 2012).

Contudo, o termo “ascensão pacífica” despertou diversos questionamentos e críticas no ambiente doméstico. A partir de 2005, nos discursos oficiais chineses, o conceito “ascensão pacífica” começou a ser substituído por “desenvolvimento pacífico”. Os motivos internos que levaram a troca desses termos nos discursos oficiais de política externa da China são descritos por Glaser e Medeiros (2007), que apontam uma série de críticas relevantes, analisadas a partir de entrevistas e publicações concedidas por acadêmicos e analistas chineses entre 2003 e 2004. Dentre essas críticas estava a questão de Taiwan, citada por Shi Yinhong (professor da Universidade do Povo). Taiwan é considerada pelo governo chinês, como uma província rebelde parte do território nacional. No entanto, o governo ao advogar por uma “ascensão pacífica”, poderia levantar falsas expectativas para os taiwaneses, que acreditariam que a China não faria uso da força em relação ao seu desejo de independência. Embora o discurso de ascensão pacífica implicasse na predominância da paz para a solução de controvérsias, um possível confronto armado entre as partes poderia ser considerada uma quebra desse discurso. Contudo, por ser Taiwan considerada uma província chinesa, o governo de Beijing estaria apenas exercendo sua soberania em seus assuntos internos. Além disso, a defesa da estratégia de ascensão pacífica poderia afetar não somente Taiwan, mas também levar à interpretação incorreta da tolerância chinesa, perante aos nacionalistas

¹⁷ Os cinco princípios de coexistência pacífica foram proferidos por Zhou Enlai, em 1953, durante visita da delegação indiana à China. Eles estão listados no site do Ministry of Foreign Affairs of the PRC. Disponível em: <<http://www.fmprc.gov.cn>>.

japoneses, que desembarcavam nas Ilhas de Diaoyu/Senkaku, considerada pela China parte de seu território, de forma a desafiar abertamente a soberania chinesa. Outro ponto criticado por acadêmicos chineses como Yan Xuetong (Diretor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Qinghua) seria o de que a ascensão pacífica não seria possível na medida que o uso da força para alcançar o status de um grande poder é inevitável e necessário. A emergência da China seria a única opção e todas as estratégias pacíficas que pudessem a impedir deveriam ser excluídas. Além disso, foram realizadas críticas referentes à falta de precedente histórico nesse conceito, e o ambiente externo de segurança da China como sendo não favorável à ele, devido às ameaças da aliança Americana-Japonesa, o unilateralismo americano, o expansionismo da OTAN e o impacto negativo da globalização (GLASER; MEDEIROS, 2007). Outra questão alvo de críticas era de que o termo “ascensão pacífica” em chinês- *heping jueqi* (和平崛起) tem no ideograma do radical “*jue*”, a ideia de ruptura brusca; o que aparece de repente (ou ascende) no horizonte; podendo trazer a conotação de que a China desafiaria a realidade e as estruturas do sistema internacional, especialmente para os países que também utilizam os ideogramas na sua escrita, como o Japão. Por fim, um argumento contrário ao uso do termo “ascensão pacífica” igualmente importante, seria o de que nesta época, alguns oficiais do Exército da Libertação do Povo se preocupavam que o compromisso com uma emergência pacífica poderia debilitar o apoio doméstico para continuar alocando recursos na modernização militar.

Sendo assim, em 2005, foi lançado pelo Conselho Estatal, um *White Paper* denominado “O Caminho do Desenvolvimento Pacífico da China”¹⁸, com os principais objetivos do país para o século XXI, e qual o caminho a política externa chinesa iria percorrer:

Alcançar o desenvolvimento pacífico é uma esperança sincera e busca incessante do povo chinês. Uma vez que as políticas de reforma e abertura foram introduzidas no final da década de 1970, a China lançou-se com sucesso, em um caminho de desenvolvimento pacífico compatível com as condições e características nacionais do seu tempo. Ao longo deste caminho, o povo chinês tem trabalhado duro para construir na China um país moderno, próspero, poderoso, democrático, civilizado e harmonioso; e continuamente, tem feito novas contribuições para o progresso humano, com o próprio desenvolvimento da China (PEOPLE, 2005, tradução nossa).¹⁹.

¹⁸ “China’s Peaceful Development Road”

¹⁹ O conteúdo completo sobre “O Caminho do Desenvolvimento Pacífico da China” está disponível em: <http://english.people.com.cn/200512/22/eng20051222_230059.html>. Acesso em: 16/09/2014.

Em substância, tanto a “ascensão pacífica” como o “desenvolvimento pacífico” carregavam a mesma mensagem, de que a China como poder emergente, não iria ameaçar o mundo externo, ambos rejeitando as variações da teoria da ameaça chinesa (GLASER; MEDEIROS, 2007).

Logo, essa estratégia de ascensão chinesa estava baseada no *soft power* e numa política externa que dava ênfase ao desenvolvimento, empunhando o *soft power* mais do que o poder de coerção daquele país (como demonstrado no fortalecimento das relações econômicas com os vizinhos asiáticos, nações africanas e latinas). Em muitas outras áreas, a China também estaria se tornando mais sofisticada na substância e estilo de sua diplomacia, aumentando seus esforços para se conformar as normas internacionais sobre algumas outras questões sensíveis como o livre-comércio, não-proliferação nuclear etc (SHENG, 2010).

Em relação ao período mais recente, um grande fator de influência no cenário da política externa chinesa, foram os desdobramentos da crise financeira internacional desde 2008. No âmbito regional do Leste da Ásia, o poder militar americano vinha declinando desde os ataques de 11 de setembro de 2001, quando os Estados Unidos voltou grande parte de sua preocupação e esforços para o Oriente Médio. Enquanto isso, a diplomacia chinesa direcionava-se para seu entorno regional, buscando fortalecer laços econômicos com seus vizinhos. No cenário de maior integração no Leste da Ásia, os Estados Unidos vinham gradativamente perdendo espaço na diplomacia econômica da região. No cenário global, o ponto alto para a ascensão da China, foi a crise financeira de 2008, iniciada nos mercados americano e europeu. Essa crise ocidental, em contraste com o grande sucesso econômico chinês que vinha desde os anos 70, transformou a situação da China e abriu novas possibilidades para o país, exacerbando ainda mais o debate acerca da ascensão chinesa (JACQUES, 2012). Kissinger (2011) discorre que os efeitos desse evento levaram a uma nova onda de opiniões na China, com o efeito de que uma mudança fundamental na estrutura do sistema internacional estava tomando lugar:

“O ponto culminante desse período era o drama dos Jogos Olímpicos de Beijing, que ocorriam exatamente quando a crise começava a romper no Ocidente. Não somente um evento esportivo, os Jogos foram concebidos como uma expressão do ressurgimento da China. O período de fraqueza e insucesso- chamado o “longo século dezenove”- estava oficialmente no fim. Beijing era mais uma vez o centro do mundo, sua civilização o foco de espanto e admiração” (KISSINGER; 2011, p. 501-502, tradução nossa).

Nesse ínterim, alguns dos preceitos de Deng Xiao Ping que continuaram influenciando os líderes chinesas posteriores a ele, estavam se tornando anacrônicos para a nova liderança.

A abordagem de Deng fora concebida para uma China pobre e fraca, com uma política externa altamente defensiva e especialmente preocupada com a economia, no qual o país deveria procurar exercer paciência e tentar não exercer a liderança e afirmação própria. Todavia, nesse novo cenário, apesar de ainda relativamente pobre, a China já não era mais fraca. O foco na era de Deng estava mirado na eliminação da pobreza, mantendo um perfil baixo e subordinado nas suas relações com os Estados Unidos. No pós-crise, os problemas da liderança chinesa tornaram-se muito mais complexos: definir o papel da China e seus objetivos em um mundo de mudanças rápidas, no qual seu poder e alcance estão se expandindo enormemente. Enquanto isso, a potência hegemônica atual, os Estados Unidos estão sendo obrigados a encarar a realidade de seu próprio declínio. Desde a crise econômica, a China está cada vez mais inclinada em expor suas opiniões de maneira mais assertiva (JACQUES, 2012).

Sob a nova liderança de Xi Jinping e Li Keqiang²⁰ o país começou a se envolver de forma mais afirmativa com seus vizinhos, considerada por eles, por vezes, como uma maneira agressiva. Este seria o caso de como Beijing estaria lidando com as disputas territoriais que tem no Mar do Sul da China com o Vietnã e Filipinas, como no na criação de uma zona de identificação de defesa área no Mar Oriental da China, em novembro de 2013.

Em pesquisa conduzida pelo *Pew Institut* em 2013²¹, a respeito da imagem regional da China pelos cidadãos de 11 países vizinhos, demonstrou-se uma grande ansiedade do público nessas áreas, em relação às ambições territoriais da China. Essas preocupações refletem o fato de que a China, como maior economia e poder militar na região, ainda mantém disputas territoriais com muitos dos seus vizinhos (PEW, 2013). Os limites das disputas territoriais daquele país estão em torno de grande parte de sua periferia. A mais importante delas é com o Japão, adversário de longa data, que também reivindica as pequenas ilhas desabitadas de Diaoyu/ Senkaku, no Mar do Leste da China. Além desse conflito, as Filipinas e a China estão envolvidas em um impasse sobre o Scarborough Shoal no Mar do Sul da China e o Vietnã contesta a perfuração de petróleo pela China perto das ilhas Paracel, na costa do Vietnã. Outra questão pendente é a alegação de Pequim, de que o estado no nordeste da Índia, Arunachal Pradesh, o qual as duas nações disputaram em 1962 na guerra Sino-Indiana, na verdade pertence à China.

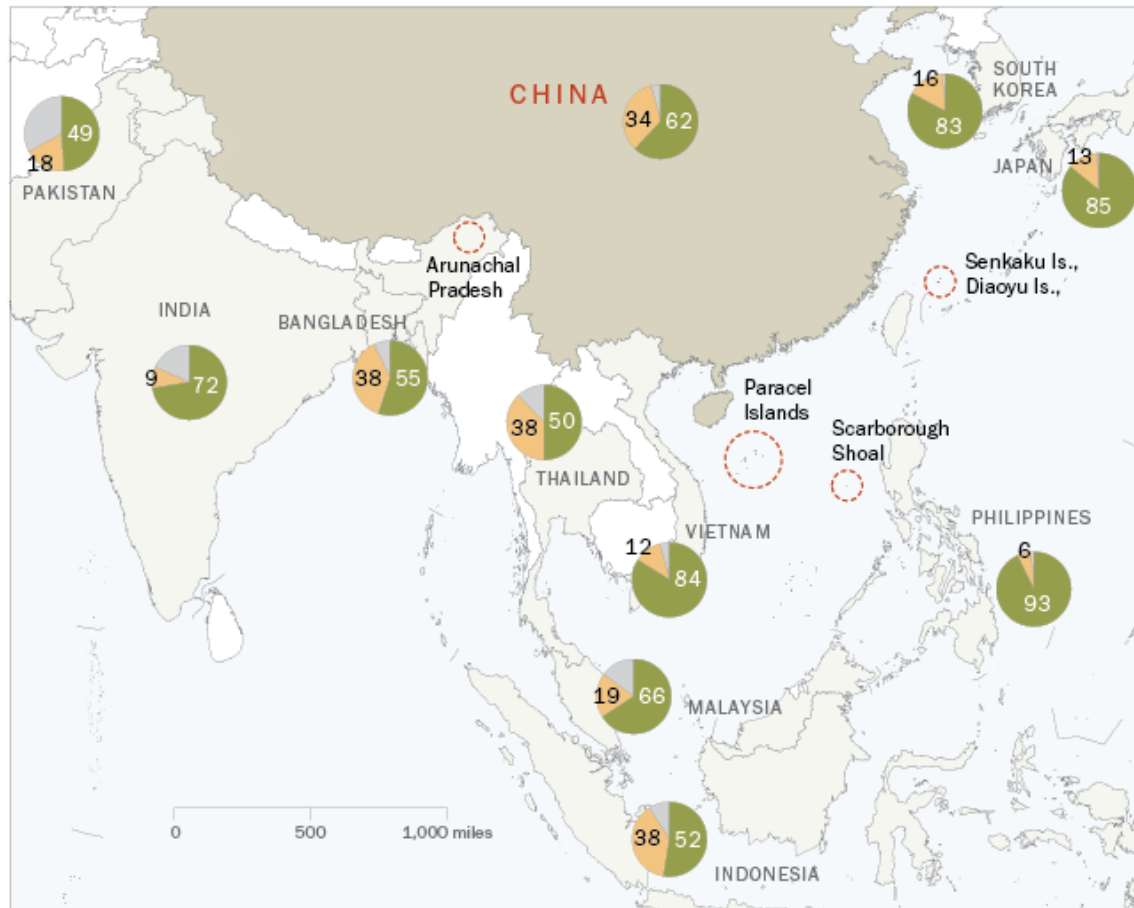
²⁰ A transição de liderança do Partido Comunista Chinês ocorreu em 15 de novembro de 2012.

²¹ A pesquisa completa está disponível em: < www.pewglobal.org/2014/07/14/chapter-2-chinas-image/>. Os detalhes dos métodos utilizados para a mesma estão disponível em: < <http://www.pewglobal.org/2014/07/14/methods-in-detail-9/>>. Acesso em 29/08/2014.

Figura 2 Disputas de fronteira da China

China's Border Disputes with Its Neighbors

How concerned are you, if at all, that territorial disputes between China and neighboring countries could lead to a military conflict?



Note: Don't know numbers not shown.

PEW RESEARCH CENTER

Fonte: Pew Research Center. Disponível em: < http://www.pewglobal.org/2014/07/14/global-opposition-to-u-s-surveillance-and-drones-but-limited-harm-to-americas-image/pg_14-07-14_southchinasea_640px/>. Acesso em 29/08/2014.

Além disso, na pesquisa mais recente do *Pew Institut*, em relação à opinião de como os asiáticos percebem seus principais aliados e ameaças, em geral a maioria está propensa a ver os Estados Unidos como o país que se pode contar como um aliado de confiança no futuro. O público de oito das 11 nações asiáticas pesquisadas - incluindo a Coreia do Sul (68%) Japão (62%) e Índia (33%) – escolheram os Estados Unidos como seu principal parceiro internacional. No Vietnã, onde os Estados Unidos travaram uma guerra prolongada nos anos 1960 e 70, Washington está agora no topo da lista de aliados confiáveis (30%). Já os malaios (27%) e paquistaneses (57%) apontaram Beijing como seu aliado mais importante e os

chineses (25%) vêem a Rússia como seu parceiro mais confiável. Em relação à percepção de ameaça entre o público asiático, esta ainda é mais difusa. Paquistaneses (38%), chineses (36%), malaio (26%) e indonésios (25%) vêem os EUA como o maior perigo para sua nação (embora os indonésios também citem Washington como seu aliado mais forte). Vietnã (74%), Japão (68%) e Filipinas (58%) percebem a China como uma ameaça. É importante ressaltar que esse fator pode estar relacionado a disputa por territórios no Mar do Sul e do Leste da China, entre esses países e a China :

Figura 3 Qual o país é seu maior aliado/ameaça?

Which Country Is Greatest Ally/Threat?

Top choice (%)

<u>Views in:</u>	Ally	Threat
Bangladesh	U.S. (43%)	India (27%)
China	Russia (25)	U.S. (36)
India	U.S. (33)	Pakistan (45)
Indonesia	U.S. (28)	U.S. (25)
Japan	U.S. (62)	China (68)
Malaysia	China (27)	U.S. (26)
Pakistan	China (57)	U.S. (38)
Philippines	U.S. (83)	China (58)
South Korea	U.S. (68)	North Korea (36)
Thailand	U.S. (29)	Cambodia (11)
Vietnam	U.S. (30)	China (74)
U.S.	Britain (31)	Russia (23)

Source: Spring 2014 Global Attitudes survey. Q96a_1 & Q96b_1.

PEW RESEARCH CENTER

Fonte: PEW Institut. Disponível em: < <http://www.pewglobal.org/2014/07/14/chapter-4-how-asians-view-each-other/>>. Acesso em: 29/08/2014.

Apesar do discurso de emergência pacífica, saber se a China irá ou não se tornar uma hegemonia que buscará moldar o sistema internacional de acordo com seus próprios valores, é uma pesquisa que vai além da análise do discurso do governo chinês e exigirá o estudo de suas ações propriamente ditas no futuro, tanto em seu entorno regional como no global.

2.2 É possível a ascensão pacífica chinesa na atualidade?

O possível caminho que irá tomar a China como grande potência, tem suscitado diferentes opiniões entre autores ocidentais e chineses a respeito do assunto. No que tange o conceito de “grande potência”, Lyrio (2010) o descreve como “Estados particularmente fortes em todos os domínios e que, por isso mesmo, são naturalmente levados a impor efetivamente a sua vontade a outros Estados e a certas regiões desorganizadas”. (LYRIO, pg. 28-29, 2010). Nesse sentido, existe uma relação entre a palavra potência e o exercício de poder ou dominação sob outros Estados. A China apresenta-se como uma candidata ao status de “grande potência”, devido não somente a suas capacidades geográficas, como maior população mundial, terceiro maior país em extensão territorial²², mas também por fatores econômicos e militares como ser a segunda maior economia do globo, com crescente expansão militar.

Barry Buzan, teórico da Escola Inglesa de relações internacionais, em artigo publicado em 2010 no *Chinese Journal of International Politics*²³, realiza uma análise sobre a possível ascensão pacífica chinesa, a partir da ideia de sociedade internacional que implica na aceitação das regras do jogo que os estados compartilham entre si, de maneira suficiente a formar algum tipo de ordem social. O conceito de ascensão pacífica envolve um processo de via dupla em que o poder ascendente se acomoda às regras e estruturas da sociedade internacional, ao mesmo tempo que outros poderes acomodam algumas mudanças nessas regras e estruturas, de maneira a ajustarem-se para uma nova disposição de poder e *status*. Buzan considera a emergência da China no cenário internacional, como um processo possível de ser realizado de maneira pacífica; no entanto, conseguir isso nas próximas três décadas, será muito mais difícil da maneira como o país conseguiu fazer nas últimas três. A China precisará refletir sobre si e a sociedade internacional, na qual atualmente é uma importante jogadora. O processo de ascensão daquele país inevitavelmente criará algumas tensões, considerando que a China não pode mais repetir sua experiência dos últimos trinta anos, quando sua política externa estava mais voltada para o seu desenvolvimento econômico interno e uma postura mais tímida no cenário internacional. Essas tensões são o preço a ser pago pela sua ascensão e os custos implicados a um grande poder. As escolhas da China estão relacionadas à maneira como essas tensões tomarão forma, e se o país souber lidar de forma sagaz com elas, as mesmas não serão necessariamente incompatíveis com a ascensão pacífica.

²² Se considerado a provincial de Taiwan como parte do território chinês (como o governo de Beijing o reconhece), caso contrário, os Estados Unidos ocupariam este posto.

²³ China in international society: is peaceful rise possible? *The Chinese Journal of International Politics*, Vol. 3, 2010, 5–36.

Para Buzan, os principais desafios políticos internacionais e estratégicos para a ascensão chinesa serão a sua relação com os Estados Unidos (atual *hegemon*), o Japão e a sociedade internacional. Para isso, a China deverá prestar atenção na distinção entre os níveis global e regional e como eles interagem. No nível global, o Ocidente e seus valores permanecem como dominantes e provavelmente a melhor estratégia para a China será evitar entrar em rivalidades com os Estados Unidos. Caso isso não possa ser evitado, é preciso que a China garanta que os Estados Unidos não se sentirão desafiados por ela. Já no âmbito regional, a China deve evitar ameaçar a seus vizinhos (como por exemplo, abster-se de posições agressivas nas disputas do Mar do Sul da China) e buscar estabelecer algum tipo de relação consensual com a sua região.

Referente ao Japão, Buzan considera que a delicada relação entre esses dois vizinhos é determinante para a possibilidade de ascensão pacífica da China, pois a dinâmica do relacionamento Sino-Japonês seria o mais importante da atualidade para aquele país. A China não poderá construir uma sociedade internacional pacífica na Ásia sem o Japão, e não poderá alcançar um ambiente pacífico no nível global sem primeiro lidar com seu principal vizinho. A maneira como ocorrerá o relacionamento entre esses dois países determinará crucialmente como a China irá interagir com os Estados Unidos, já que o Japão é um importante aliado para o governo americano. Uma relação política mais amigável e fortalecida com o Japão poderia no futuro diminuir a presença americana na Ásia. No entanto, incumbirá à China tomar o primeiro passo para melhorar as interações com esse vizinho, já que para o Japão, enquanto existir a aliança com os Estados Unidos, os ganhos dessa melhora serão menores, e esperar que ele tome o primeiro passo, significará uma deterioração nas relações Sino-Japonesas. Para a China, fracassar no balanço de poder com o Japão e outros países da região seria limitar a sua esfera de atuação na Ásia :

“Um relacionamento ruim com o Japão é a contradição notável para a possibilidade de a China ascender pacificamente dentro de sua região e lança dúvidas em toda a retórica de ascensão/ desenvolvimento pacífico. Se a China não conseguir obter um bom relacionamento com as grandes potências vizinhas, isso também prejudicará seus apelos para um sistema internacional multipolar harmonioso” (BUZAN; 2010, p.27, tradução nossa).

Buzan coloca que a China precisará deixar claro para a sociedade internacional, quais as suas verdadeiras intenções, que tipo de sociedade internacional a China buscará promover e qual sua verdadeira identidade como país; se quiser de fato alcançar o “mundo harmonioso

em que todas as civilizações existem e acomodam umas às outras” (BUZAN; 2010, p. 36, tradução nossa), pregado pelo ex-presidente Hu Jintao.

A teoria realista das relações internacionais se contrapõe a visão de Buzan, de que a China poderia ascender pacificamente. Nesta teoria, um poder em ascensão, tradicionalmente, tem sido considerado como um poder revisionista, que romperia com a ordem do sistema internacional e ameaçaria o *status quo* vigente. Mearsheimer (2006), neorrealista americano, acredita que não haverá caminho para a China ascender pacificamente: se continuar com seu impressionante crescimento econômico, nas próximas décadas, os Estados Unidos e a China provavelmente irão se envolver em uma intensa competição de segurança, com potencial de guerra. A posição deste autor é formulada com base na referência histórica do caso de ascensão dos Estados Unidos no cenário internacional. Nesse sentido, a China buscará se tornar um *hegemon* regional e dominar sua área geográfica, assim como os Estados Unidos tem feito com o Hemisfério Ocidental desde o final do século XIX. O *hegemon* regional teria como objetivo ser o único, de maneira a impedir que outros grandes poderes possam tentar interferir em sua área. Portanto, para Mearsheimer a China tentará maximizar a distância do seu poder entre ela e seus vizinhos, especialmente a Rússia e o Japão, buscando assegurar que nenhum outro país na região possa ameaçá-la. Os chineses ainda tem em mente o passado recente de quando o Japão era poderoso e a China fraca, e por isso, o país tentará aumentar suas capacidades militares em relação ao outro país, já que “no anárquico mundo da política internacional, é melhor ser Godzilla do que Bambi” (MEARSHEIMER; 2006, p. 162). Além disso, a China poderá também, querer ditar os limites de comportamento aceitável para os seus vizinhos, assim como os Estados Unidos o fizeram com outros países nas Américas, no sentido de deixar claro a sua postura de “chefe”.

“Uma China mais poderosa poderá tentar empurrar os Estados Unidos para fora da Ásia, da mesma maneira que os Estados Unidos retiraram os grandes poderes europeus do Hemisfério Ocidental. Nós devemos esperar que a China surja com sua própria versão da Doutrina Monroe, como fez o Japão nos anos 1930” (MEARSHEIMER; 2006, p. 162, tradução nossa).

Nessa perspectiva, os Estados Unidos buscarão reagir se a China tentar dominar a Ásia, pois estarão determinados a ser o único *hegemon*. Os Estados Unidos tentarão conter a China e enfraquecê-la até o ponto que aquela não seja mais capaz de ditar regras na Ásia. O autor considera que os Estados Unidos irão se comportar em relação à China, da mesma maneira que o fizeram com a União Soviética durante a Guerra Fria. Desta forma, a maioria dos

vizinhos da China, incluindo Índia, Japão, Cingapura, Coréia do Sul e Vietnã, juntar-se-ão aos Estados Unidos para conter o poder chinês.

Em contrapartida a esses argumentos de Mearsheimer, Brzezinski (2005), também teórico realista, acredita que a liderança chinesa não estaria inclinada a desafiar os Estados Unidos militarmente. A China buscaria focar-se no desenvolvimento econômico e no ganho de aceitação como um grande poder. Uma política externa confrontativa poderia romper o seu crescimento econômico e ameaçar o poder do Partido Comunista internamente. Para este autor, a China está sendo assimilada ao sistema internacional e os líderes chineses parecem perceber que expulsar os Estados Unidos da Ásia seria uma ideia fútil. A propagação cautelosa da influência chinesa seria o caminho mais fácil para a proeminência global da China (BRZEZINSKI, 2005).

Já a abordagem de Yan Xuetong (2001), explora o passado da história daquele povo para buscar inspiração em uma formulação de como a China poderá agir. O autor aponta a relevância de alguns dos grandes pensadores chineses do período da Primavera e Outono (770-476 a.c.) e do Período dos Estados Guerreiros (475-221 a.c.) para a política externa chinesa, realizando uma análise para distinguir entre normas de poder, que incluem força material, e as normas morais, que estão relacionadas a “ganhar corações e mentes”. Sobre esta base, existem três tipos de maneiras de governar no mundo: a primeira, a tirania, depende de grande maneira, ou exclusivamente, de normas de poder, e que caracterizou o período de dominação europeia, especialmente o da Grã-Bretanha até 1914 e durante o período entre-guerras; a segunda, a hegemonia, combinaria normas de poder (o comportamento de grandes potências em relação aos seus inimigos) e normas morais (o comportamento relativo aos aliados), e que resultaria numa dupla mentalidade, como o relacionamento dos Estados Unidos e URSS durante a Guerra Fria e o comportamento americano até o presente; o terceiro tipo seria descrito como uma autoridade humanitária, em que a liderança da nação dependeria exclusivamente das normas morais. Xuetong visualiza a China desenvolvendo firmemente uma capacidade hegemônica, mas espera que no longo prazo, o país irá incorporar um novo tipo de governança, a autoridade humanitária. A política externa chinesa está cada vez mais sendo moldada por raízes daquele povo (do que por tradições históricas e intelectuais ocidentais), incluindo harmonia com diferença, sinocentrismo, o histórico destino chinês como superpotência e sua superioridade moral sobre o Ocidente.

A política externa chinesa irá diferir da adotada pelos Estados Unidos, pois se a China optar por simplesmente imitar os Estados Unidos, ela estará fadada ao fracasso. No âmbito da Ásia Oriental, por exemplo, essa imitação poderia levar a uma grande escalada de seus gastos militares para alcançar os Estados Unidos, aumentando a tensão e o conflito entre as duas nações. Em adição, se a China realmente quiser seguir uma política externa diferente daquela dos Estados Unidos, o Leste da Ásia será o seu teste principal. A China terá que se abster de engajar-se em uma competição militar com os Estados Unidos e buscar suas ambições principalmente através de persuasão e força de exemplo, do que pela força física. Logo, o país terá que ser aberto e público sobre suas intenções e objetivos, incluindo qualquer construção de capacidade militar (YAN, 2001) Tal abordagem, no entanto, vai no sentido contrário da maneira como a China está conduzindo sua presença naval no Mar do Sul da China, que tem sido feita de forma unilateral e secreta. Sendo assim, a China deverá buscar conduzir seus debates estratégicos em público, para o benefício das audiências doméstica e estrangeira, entrando em um diálogo com seus vizinhos sobre os seus planos militares, de maneira similar como tem exposto seus objetivos regionais econômicos. Se conseguir obter sucesso em tal empenho, isso demonstraria que mesmo sendo muito maior e poderosa do que os seus vizinhos, seu tamanho não seria sinônimo de força, mas sim benevolência. Neste cenário, a ascensão da China seria caracterizada por uma autoridade humana e de fato representaria um novo tipo de liderança global (JACQUES, 2012).

A revisão teórica desses autores a respeito da possível ascensão pacífica chinesa encerra este capítulo. O próximo buscará discutir as relações sino-japonesas no contexto do século XX, buscando elucidar a delicada situação que é a interação política destes dois vizinhos, por conta de um passado histórico conflituoso e que até hoje é grande influenciador na dinâmica das relações de Japão e China.

3 CAPÍTULO 2: AS RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS DE JAPÃO E CHINA

Este capítulo tem como principal objetivo realizar uma visão geral das relações políticas bilaterais entre Japão e China no século XX. A primeira parte faz uma breve análise sobre o papel do Japão na Ásia, desde a Restauração Meiji até a atualidade. A segunda parte realiza um breve histórico das relações sino-japonesas desde a Primeira Guerra Sino-Japonesa até a atualidade, abordando alguns fatores estruturais e domésticos que tiveram implicações na mudança de postura dos dois países após o fim da Guerra Fria.

3.1 O Japão na Ásia

O Japão é um país insular da Ásia Oriental. Localizado no Oceano Pacífico, a leste do Mar do Japão, da República Popular da China, da Coreia do Norte, da Coreia do Sul e da Rússia, se estendendo do Mar de Okhotsk, no norte, ao Mar da China Oriental e Taiwan, ao sul. O país é um arquipélago de 6 852 ilhas, cujas quatro maiores são Honshu, Hokkaido, Kyushu e Shikoku. O Japão possui a terceira maior economia do mundo, com um PIB de 4,0902 trilhões de dólares americanos (Banco Mundial, 2013) e a décima maior população do mundo, com cerca de 126.4 milhões de habitantes (UN, 2012).

Figura 4 Mapa do Japão



Fonte: Tribonews. Disponível em: <<http://www.tribonews.com/mapa-do-japao-na-asia/>>. Acesso em: 10/10/2014.

Ao longo de sua história, o Japão foi moldado por dois momentos decisivos de engajamento com as civilizações mais avançadas daqueles tempos: a China nos séculos V e

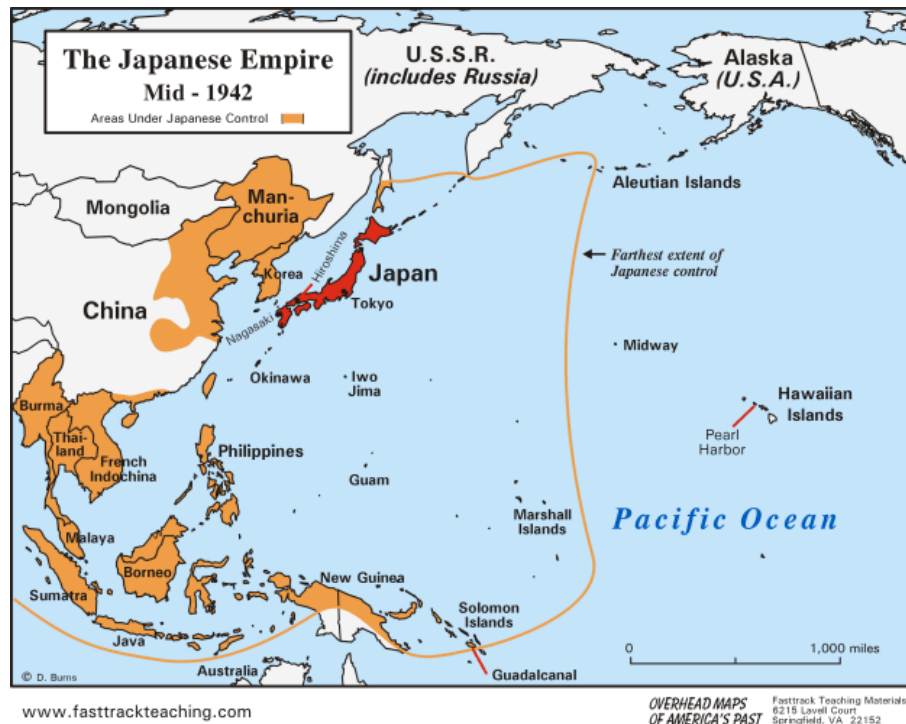
VI, e pelo Ocidente nos séculos XIX e XX. O início da história japonesa foi influenciado pela proximidade com a China, que naquela época era muito mais avançada e sofisticada que o Japão. Anteriormente ao seu engajamento com a China, o Japão não tinha seu próprio sistema de escrita, e posteriormente, ele adotou e adaptou ao estilo japonês, muitos dos caracteres chineses, misturando-os com seu próprio sistema inventado de escrita (JACQUES, 2011). A influência chinesa continuou por muitos séculos, dando lugar ao Ocidente, com a Restauração Meiji de 1868. Jacques (2011) descreve que o Japão viveu ao longo de quatorze séculos, sob a sombra da China, na maior parte do tempo como um dos estados tributário, pagando obrigações para o imperador chinês e reconhecendo a superioridade da civilização chinesa: “isso deixou uma profunda marca no espírito japonês e nutriu um profundo senso de inferioridade, juntamente com um nacionalismo incipiente, militante e defensivo” (JACQUES, 2011, p.58, tradução nossa).

A Restauração Meiji referiu-se a uma série de transformações do regime teocrático do governo do Imperador Meiji. As mudanças ocorreram nas áreas do governo, instituição, educação, economia, religião, entre outras. A Restauração transformou o Império do Japão na primeira nação asiática com um moderno sistema de Estado-nação. Se anteriormente o Japão havia sido moldado e influenciado pela sua exposição à civilização chinesa, com a pressão exercida pelas potências europeias e pelos Estados Unidos para que o Japão abrisse seu comércio àqueles países, as elites japonesas perceberam que deveriam aprender com essa ameaça ocidental e buscar, o mais rápido possível, preservar a independência do país e não ter o mesmo destino que a China, após a Guerra do Ópio. Ao longo de duas décadas, o Japão procurou agregar a experiência do Ocidente na construção de uma gama de novas instituições. Os japoneses enviaram missões e enviados para a Europa e Estados Unidos, buscando estudar o que precisava ser aprendido, emprestado e assimilado destas nações.

“O Japão tornou-se o primeiro exemplo do mundo de modernização reativa: uma modernidade exigida pela primazia e potência ocidental. Como resultado, o processo de modernização japonês deliberado e consciente, caminhou em uma corda bamba entre a ocidentalização e a japonização (...) é um caso de estudo fascinante: um país cuja elite existente tomou uma decisão calculada e voluntária de se ocidentalizar, de modo a preservar o que percebia ser a essência da nação (...). A modernidade japonesa, como consequência, é altamente complexa, incongruente e por vezes bizarra” (JACQUES, 2011, p. 65-66, tradução nossa).

Após a Restauração Meiji, a missão do Japão era de diminuir a diferença com o Ocidente e se comportar mais como ele, alcançando seu respeito e nível de desenvolvimento. O principal objetivo era o crescimento econômico, contudo a expansão colonial japonesa, que começou seis anos após a Restauração Meiji, também teve muito a ver com um desejo de imitar a Europa: para ser uma potência moderna, o Japão acreditou precisar ter seu próprio número de colônias. O slogan nacional “país rico, exército forte”, que foi adotado no começo do período Meiji, apontava o desejo de modernização econômica, concorrência com o Ocidente e expansão militar (MORISHIMA, 1982). Sendo assim, após 1868, enquanto o Japão abraçou o Ocidente, ele voltou-se contra a Ásia e começou a considerar seus vizinhos como inferiores. Não demorou muito para o país realizar seus primeiros impulsos imperialistas: em 1894-95 o Japão entrou em guerra com a China, na primeira Guerra Sino-Japonesa. Com a derrota chinesa, o Japão ganhou controle de Taiwan e efetivamente também da Coreia. Em 1910, o país anexou a Coreia e em 1931 o Nordeste da China; e entre 1941-45 ocupou grande parte do Sudeste Asiático. Entre 1868 e 1945, o Japão se envolveu em dez principais guerras, durando 30 anos no total, a maioria às custas de seus vizinhos asiáticos (MORISHIMA, 1982). O Japão via o mundo em termos essencialmente similares a natureza profundamente hierárquica de sua sociedade. Enquanto olhava para cima o Ocidente, percebia a Ásia como atrasada e inferior, buscando subjugar o seu próprio continente com o propósito de enriquecer-se e engrandecer. Onde anteriormente via a civilização chinesa como superior, passou a considerar os chineses uma raça inferior. Durante o período de expansão e ocupação japonesa na Ásia, o país cometeu diversas atrocidades em alguns de seus territórios ocupados, especialmente no que diz respeito às Coreias e a China.

Figura 5 Mapa dos territórios ocupados pelo Império do Japão em meados de 1942



Fonte: Fast Tracking Teaching. Disponível em:

<<http://www.fasttrackteaching.com/ftap/map16Japanese.html>>. Acesso em 09/10/2014

No entanto, as ambições territoriais japonesas na Ásia inevitavelmente colidiram com os interesses de outras potências, especialmente os Estados Unidos, e essas ambições eventualmente levaram o país a sua derrota na Segunda Guerra Mundial, culminando na sua rendição ao Ocidente. Foi um momento de humilhação, em que o propósito da Restauração Meiji, de evitar a dominação do país pelo Ocidente, foi destruído: a trajetória pós-1868 resultou na ocupação ocidental do país (JACQUES, 2011).

Apesar da grande derrota sofrida na Segunda Guerra, o momento posterior ao seu fim foi um prelúdio para o mais espetacular período de crescimento econômico da história japonesa. Em menos de uma geração, o país passou de uma economia essencialmente agrária para uma nação industrial completamente desenvolvida. A rápida expansão econômica pós-guerra foi impulsionada por uma indústria de sucesso (especialmente a indústria automobilística e de bens eletrônicos de consumo). Desde a rendição e a assinatura do Tratado de São Francisco, o Japão adotou uma constituição pacifista e teve que renunciar o direito de declarar guerra ou usar a força militar em disputas internacionais, tornando-se importante parceiro aliado dos Estados Unidos na região da Ásia-Pacífico, tendo aquele país como seu patrocinador e protetor. Ao entrar para a esfera de influência americana, o Japão perdeu

grande peso na independência da sua política externa (Jacques, 2011). Em 1951, foi firmado com os Estados Unidos o Tratado Japonês de Defesa Mútua, que permitiu aos Estados Unidos colocar suas tropas no Japão para a defesa do país asiático. Em 1960 esse tratado foi revisado e ambos os países entraram em uma nova aliança de defesa, o Tratado de Cooperação e Segurança Mútua, em que os EUA e Japão concordaram em equiparar um ataque militar contra território japonês como um ataque contra o terreno doméstico dos Estados Unidos. A aliança de segurança entre Estados Unidos e Japão tornou-se um dos pilares da política externa japonesa (GREEN, 2007).

Com o rápido desenvolvimento econômico japonês, o país recuperou sua influência internacional e passou a ser o poder dominante na região da Ásia. O milagre econômico do Japão no pós-guerra fez o PIB do país crescer dentre 1953 e 1973, a taxas anuais próximas de 10%, e mesmo com a desaceleração verificada após o choque do petróleo de 1973, os japoneses conseguiram até 1991, crescer a mais de 4% ao ano. Em adição, o grande crescimento econômico japonês auxiliou, posteriormente, a impulsionar outros países da região, especialmente os chamados Tigres Asiáticos, e esses ajudaram a puxar o crescimento chinês após a abertura econômica daquele país. O sucesso econômico interno, aliado ao crescente superávit comercial com os Estados Unidos e a aparente dependência norte-americana de financiamento de longo prazo de capitais japoneses, parecia dar indicações de que o Japão, na segunda metade dos anos 80 estava a ameaçar economicamente o poder hegemônico dos Estados Unidos (TORRES, 1997). Em 1985, os Estados Unidos pressionaram o Japão para firmar o Acordo de Plaza, o que levou o país asiático a consecutivas valorizações do iene e a realocação das indústrias japonesas no exterior. A perspectiva de um desafio japonês foi afastada na década de 90 quando, apesar dos contínuos déficits comerciais e fiscais com os Estados Unidos, o Japão deixou de ser uma potencial ameaça aos interesses econômicos e a liderança americana no globo.

No final da década de 80 e início da década de 90, o país passou por um surto especulativo, as empresas japonesas lançaram-se com grande apetite em operações especulativas. Os desdobramentos da especulação financeira afetaram de grande maneira não somente a economia japonesa, reduzindo fortemente o crescimento econômico, como também serviu para desencadear uma crise política, que levou a política japonesa a uma guinada à direita, tornando-a mais nacionalista (JACQUES, 2011).

A partir de meados dos anos 90, o sistema japonês de formulação de políticas mudou dramaticamente, e essas mudanças ajudam a explicar a evolução da percepção japonesa em relação a diversas questões de política externa, incluindo a resposta do país à ascensão chinesa. Anteriormente a década de 90, dois padrões definiam a formulação de políticas no país: o primeiro era o poder da burocracia comparadamente as autoridades políticas na formulação de políticas e o segundo; o poder dos ministros da economia dentro da burocracia, e sua influência que se estendia até mesmo ao processo de formulação de política externa e de segurança. A elaboração da política externa foi caracterizada por cautela, estabilidade, e um lugar privilegiado para as prioridades econômicas. Os estrategistas japoneses frequentemente viam a questão de segurança, tanto em termos econômicos como militares, e os aliados em uma dessas esferas podiam ser ameaças em outras (MEDEIROS et al, 2008). A China, por exemplo, era vista como uma grande aliada econômica, mas representava uma latente ameaça militar.

O sistema do governo japonês também evoluiu de maneira considerável: reformas políticas adotadas em 1994 tornaram a política mais transparente e competitiva, incentivando os políticos a apelarem diretamente para o público. As reformas administrativas e a desregulamentação tornaram mais fácil para os políticos de afirmarem-se sobre a burocracia. Essas mudanças tiveram importantes implicações para a política externa japonesa de maneira geral, pois o surgimento do papel do “político” teve o potencial de trazer maior integração para uma gama de interesses externos japoneses: “claramente, diversos políticos tem uma visão muito diferente dos interesses nacionais japoneses, do que aqueles dos planejadores econômicos” (MEDEIROS et al, 2008, p. 25, tradução nossa).

Sobre o contexto regional atual, cinquenta anos após o início do grande sucesso econômico japonês, o Leste asiático apresenta uma imagem bem diferente: de região atrasada, passou a ser a mais dinâmica do globo. O Japão já não é mais a grande exceção do desenvolvimento a nível ocidental, rodeado por países atrasados. Um grupo de países (os chamados Tigres asiáticos) melhorou sua inserção internacional e padrão de vida; além disso, outro país muito importante para a dinâmica da região, a China, passou por grandes transformações econômicas. O Japão da atualidade enfrenta consideráveis problemas no relacionamento com os seus vizinhos, especialmente a China, Coreia do Norte e Coreia do Sul, devido ao fracasso do país em lidar com o legado dos tempos de guerra e ocupação japonesa, o que tem sido uma fonte de ressentimento para estes países (CHO e PARK, 2011). Para Jacques (2011), mesmo que o Japão tenha despendido esforços de ajuda para a Ásia, através

da Assistência Oficial de Desenvolvimento, o país encontra-se relativamente isolado no Leste da Ásia. Do ponto de vista econômico, o Japão tem recusado a abrir seu mercado e resistido a entrar em acordos multilaterais, preferindo arranjos bilaterais com seus vizinhos; até que finalmente foi forçado pela iniciativa chinesa com a ASEAN, a tomar uma posição mais cooperativa com aquela Associação. Outro exemplo ilustrativo deste isolamento japonês na Ásia foi a sua tentativa fracassada em pleitear a posição de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 2005, quando a China conseguiu mobilizar com sucesso a maior parte da região, a oposição à proposta japonesa. Por fim, na atualidade, o Japão está envolvido em uma série de disputas territoriais com seus vizinhos: com a Rússia pelas ilhas Curilas do Sul; com a Coreia do Sul pelos rochedos Liancourt; com a China e Taiwan pelas Ilhas Senkaku/Diaoyu, assim como sobre a demarcação da Zona Econômica Exclusiva em torno Okinotorishima com a China. O Japão também enfrenta conflitos com a Coreia do Norte em relação às armas nucleares e o programa de mísseis norte-coreano.

Cho e Park (2011) colocam que a problemática do passado violento da região tem sido, e continua a ser, uma das características definidoras das relações internacionais do Leste Asiático, com consequências negativas para a região, na construção, em grande medida, de laços de aliança e criação de instituições regionais. Dadas as experiências recentes do imperialismo japonês e as tensões ideológicas da Guerra Fria, o que tem estado subjacente nas relações internacionais da Ásia Oriental tem sido "as cinzas de um século de memórias e de mágoas". Enquanto o tormento do passado da região continuar hesitante, as perspectivas de cooperação regional e construção de uma comunidade asiática serão remotas (CHO e PARK, 2011).

3.2 As relações sino-japonesas no século XX

Historicamente, as relações entre Japão e China têm sido estruturadas: um país sempre foi mais próspero ou poderoso que o outro. Antes do século XIX, a China era dominante, no entanto, desde a Restauração Meiji, em 1868, o Japão tem sido proeminente. A perspectiva de que tanto China quanto Japão podem ser poderosos e ricos ao mesmo tempo, só surgiu recentemente, quando a economia e a influência chinesa cresceram rapidamente e o Japão da atualidade permanece estagnado (CALDER, 2006).

Em um artigo lançado recentemente pelo intelectual chinês Wang Jisi²⁴, o autor comenta o fato de que China e Japão tiveram relações amistosas por milhares de anos e apenas algumas décadas de descontentamento. Wang cita o ex-premiê Zhou Enlai, descrevendo as relações sino-japonesas como "dois mil anos de amizade, 50 anos de infortúnio." (WANG, 2014).

O relacionamento entre esses países é complexo e de longa data, e remonta pelo menos ao primeiro século d.c., quando o grande tamanho da China, suas realizações avançadas, e uma cultura mais proeminente serviu tanto como modelo, como questão de rivalidade para seu vizinho menor. Durante séculos, o Japão esteve inserido dentro da esfera cultural da vasta civilização chinesa. A proximidade geográfica trouxe os dois países em contato constante por meio do comércio marítimo, contatos culturais, batalhas militares periódicas, rivalidades regionais, e as trocas econômicas. Grande parte da cultura japonesa, religião, tradição filosófica e forma de escrita foram fortemente influenciadas pelas comparáveis tradições de uma dinastia mais desenvolvida e mais influente: a China. (AVERY et al., 2008).

No entanto, com a Restauração Meiji e o direcionamento do Japão ao Ocidente e a rejeição do seu próprio continente, especialmente da China; o crescimento do militarismo e das ambições imperialistas foram causas diretas da primeira Guerra Sino-Japonesa, de 1894-1895. O fim do século XIX marcou o fim das relações relativamente harmoniosas. Após esse período, as relações da China com o Japão foram de longe muito piores que as humilhações sofridas pela China em relação às grandes potências ocidentais, durante o seu "século de humilhação" (JACQUES, 2011). O Japão realizou diversas vitórias militares e impôs vários arranjos econômicos punitivos na enfraquecida Dinastia Qing e posteriormente ao governo da República da China que a substituiu.

As fricções entre China e Japão surgiram por volta de 1870, quando o Japão tomou conta de territórios das Ilhas Ryukyu que desde o século XVII fora um estado tributário de China e Japão. Em 1881, o imperador Qing assinou o tratado com o Japão sobre a divisão do Império Ryukyu, o qual versou que das ilhas de Okinawa para cima passariam a serem territórios do Japão e os territórios das ilhas Miyako-Yaeyama deveriam permanecer chineses/ryukianos. Na mesma época houve uma rivalidade por influencia política na Coreia,

²⁴ WANG, J. The Simultaneous Slide in Chinese-American and Chinese-Japanese Relations Is Not Beneficial", setembro 2014. Disponível em: <<http://comment.cfn.net.com/2014/0901/1299836.html>>. Acesso em 8/10/2014.

e que culminou na Primeira Guerra-Sino Japonesa. O fim desta guerra implicou em uma derrota chocante para a China: a vitória do Japão foi ocasionada especialmente em razão da obsoleta tecnologia militar chinesa, que não poderia se equiparar ao nível japonês. Até o final da guerra, em março 1895, os chineses foram obrigados a perceber que o seu isolamento cultural do Ocidente em sua "ordem mundial sinocêntrica" foi um entrave significativo para combater os "bárbaros" japoneses (LOHMEYER, 2008).

O Tratado de Shimonoseki no fim desta guerra estipulou os termos da derrota chinesa: a China reconheceu a independência da Coreia e renunciou quaisquer reivindicações naquele território; cedeu a Península de Liaodong e as ilhas de Taiwan e Pescadores; e pagou uma onerosa indenização- 200 milhões de Liang; além de ter assinado um tratado comercial similar aos que já havia sido forçada a fazer por outras potências europeias após a primeira e segunda Guerra do Ópio. A China também foi quase forçada a ceder território da Manchúria, no entanto foi salva pela Intervenção Tripartite²⁵, mas somente para perder esse território para a Rússia, o que conseqüentemente levou a Guerra Russo Japonesa em 1904-1905 (LOHMEYER, 2008). O Tratado de Shimonokesi forçado pelo Japão e considerado "injusto" pela China deixou um "gosto amargo" para os chineses. A vitória de uma nação considerada inferior na "ordem mundial sinocêntrica" foi uma humilhação muito maior do que perder para os "bárbaros" ocidentais, e serviu para enfraquecer a prevalecente visão de mundo chinesa: "esse foi o caso- no discurso Confucionista- do estudante que bate no professor, ou do irmão mais novo que bate no irmão mais velho" (JACQUES, 2011, p. 393, tradução nossa).

Posteriormente a Primeira Guerra Sino-Japonesa, o Japão também enviou tropas para conter a Rebelião Boxer na China, um movimento chinês em oposição ao imperialismo estrangeiro e ao cristianismo, que ocorreu entre 1898 e 1900. Novamente, a China teve que pagar indenizações ao Japão, assim como para outras potências ocidentais. A desgraça chinesa em relação ao seu vizinho foi acentuada, quando durante a Primeira Guerra Mundial, o Japão atacou e ocupou a colônia alemã de Qingdao, na China, e também ocupou porções na província de Shandong. Após o final da Primeira Guerra, a China sentiu-se traída pelos países Aliados, pois mesmo tendo sido uma nação aliada, não conseguiu reverter a ocupação japonesa nos territórios de Shandong, segundo os termos do Tratado de Versalhes.

²⁵ A intervenção Tripartite foi uma intervenção diplomática da Rússia, Alemanha e França, em 23 de abril de 1895 sobre os termos do Tratado de Shimonoseki, assinado entre o Japão e a Dinastia Qing da China. A reação japonesa contra a intervenção tripartite foi uma das causas subjacentes da posterior guerra Russo-Japonesa.

Os objetivos imperialistas japoneses não cessaram e na década de 1920, eles estiveram focados na Manchúria, região rica em recursos tão necessários para o expansionismo militar japonês. Em 1931 o Japão invadiu o noroeste da China e estabeleceu ali, um “estado fantoche” (BARNOUIN e YU, 1998). A Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), chamada de “Guerra da Resistência Chinesa” na China, ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial. As tropas japonesas avançaram para o leste e sul da China e conseguiram tomar importantes cidades como Xangai e Nanking. Durante sua campanha, os japoneses cometeram diversos crimes de guerra contra o povo chinês. Algumas dessas atrocidades, até hoje são motivos de questionamentos e controvérsias, pois os japoneses hesitam em reconhecer seu legado de guerra, como no caso do massacre de Nanking, quando os japoneses realizaram um cerco na cidade, matando indiscriminadamente civis, estuprando mulheres e saqueando a população. Na atualidade, a estimativa do número de mortes de chineses ainda é motivo de controvérsias entre os dois países. De qualquer maneira, esse triste evento na história da Ásia ilustra uma parte dos desdobramentos do imperialismo japonês na China e o peso do rancor histórico desse período que ainda permeia as relações sino-japonesas: a estimativa do Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente é de mais de 260 mil civis mortos entre final de 1937 e começo de 1938 em Nanking (CHANG, 1997).

“Até hoje, o Massacre de Nanking define a natureza e identidade dos japoneses para os chineses e, portanto, define em grande medida a sua postura em relação ao Japão. Isto pode ter ocorrido há mais de 70 anos, mas continua como uma ferida aberta, presente na relação entre os dois países, como se tivesse ocorrido ontem (...). É claro que a razão destas questões permanecerem tão vivas, é pelo fato de o Japão ter fracassado em se desculpar de maneira própria, ou demonstrar quaisquer sinais sérios de confrontar seu próprio passado, ao contrário do arrependimento que os alemães demonstraram, pelos seus comportamentos, durante a Segunda Guerra Mundial” (JACQUES, 2011, p. 393, tradução nossa).

No final da Segunda Guerra, quando o Japão foi derrotado, as tropas japonesas foram expulsas da China e com os tratados de paz do pós-guerra, os territórios chineses ocupados desde a Primeira Guerra Sino Japonesa foram devolvidos ao país. Como será visto posteriormente, em nenhum dos tratados assinados no pós-guerra, mencionou-se explicitamente sob quem ficaria a soberania das ilhas Diaoyu/Senkaku. Jacques (2011) discorre que o Japão pagou caro pela sua derrota nas mãos dos Estados Unidos; com grandes casualidades, os julgamentos de Tokyo e o confisco de seus ativos estrangeiros após a ocupação americana. No entanto, o país mostrou pouco remorso em relação ao seu comportamento, por vezes bárbaro, com seus vizinhos asiáticos. Os pedidos de desculpas feitos pelo governo japonês após a Segunda Guerra foram pouco menos que “estereotipados”,

e as cortes japonesas tem recusado compensar individualmente as vítimas dos crimes cometidos em nome do império japonês naquele período (JACQUES, 2011).

Com o Japão ocupado pelos Estados Unidos e o início da Guerra Fria, a orientação para aquele país foi de seguir a decisão americana de não estabelecer relações diplomáticas com a recém instalada República Popular da China. Com isso, o Japão não foi pressionado, nem era desejável para os Estados Unidos, que realizasse muitos pedidos de desculpas ao Partido Comunista Chinês durante a Guerra Fria, dado que naquele momento, um novo conjunto de prioridades muito diferente estava em jogo.

Durante os anos 50 e 60, Japão e China passaram por um período de ausência de relações diplomáticas oficiais, já que em 1954, o Japão compelido pelos Estados Unidos, reconheceu, assim como tantos outros países ocidentais aliados a potência americana, o governo da República da China (Taiwan) como o governo chinês legítimo. Contudo, os contatos econômicos não oficiais entre os dois países se ampliaram, incluindo um número de acordos privados que fortaleceram o comércio mútuo (AVERY et al., 2008). Apesar dos esforços de construir laços de comércio, as relações oficiais continuaram difíceis: o Tratado de Cooperação e Segurança Mútua assinado entre o Japão e os Estados Unidos em 1960 tornou-se um fator adicional que afetava as relações sino-japonesas, já que a presença de tropas americanas na região era vista como uma ameaça para a China.

Entretanto, o tema “China” na política interna do Japão unia alguns “nacionalistas”, que neste período buscavam maior autonomia dos Estados Unidos, e criticavam a subserviência do governo japonês às políticas americanas para a China. A política japonesa em relação à China nessa época era frequentemente vista como uma metáfora para a autonomia japonesa. Além disso, alguns intelectuais progressistas eram a favor do fortalecimento de laços com a China comunista, não somente na crença de que o Japão fora culpado de ascender ao status de grande poder através do sacrifício chinês, mas também porque se vislumbrava na China um “amigo de luta” contra o inimigo comum, o imperialismo americano (CHO e PARK, 2011). Do lado chinês, durante a Era Mao e a Guerra Fria, os líderes chineses tinham como ameaça maior os Estados Unidos e mais tarde a União Soviética. A deterioração das relações políticas com a União Soviéticas nos anos 60 resultou em um dilema econômico para o governo, que deixado com poucas alternativas, tinha como uma de suas opções, intensificar as relações de comércio com o Japão.

O anúncio da visita do presidente Nixon à República Popular da China em 1972, para normalizar as relações com os Estados Unidos, ficou conhecido no Japão como o “*Nixon Shock*” e rapidamente Tokyo buscou se mover e realizar uma reavaliação da política japonesa em relação à República Popular da China e Taiwan. O Japão rompeu as relações diplomáticas com Taiwan e em setembro de 1972, assinou com a China o “Comunicado Conjunto do Governo do Japão e da República Popular da China”, estabelecendo as relações diplomáticas entre os dois países. É importante mencionar que nesta época de reatamento das relações entre os países, o conflito pela soberania das ilhas Diaoyu/Senkaku já existia, e embora ambos continuassem a manter oficialmente suas reivindicações a respeito da soberania destes territórios, eles tentaram minimizar a disputa nesse período. Nesse mesmo ano do reatamento das relações entre China e Japão, o Tratado de Reversão de Okinawa entre Japão e Estados Unidos entraria em vigor, e o Japão voltaria a ter a soberania completa sob o arquipélago em disputa, o que causou grande descontentamento para os líderes chineses. O tópico das ilhas foi levantado pelos líderes japoneses em 1972 e em 1978, ano em que foi assinado o Tratado de Paz e Amizade, porém, em ambos os casos, os líderes chineses Zhou Enlai e Deng Xiao Ping propuseram não lidar com o assunto naquele momento, devido a delicadeza do tema, que poderia minar as frágeis relações sino-japonesas recém- estabelecidas. Como Deng Xiao Ping colocou na época: “não importa se esta questão será suspensa por algum tempo, digamos dez anos. A nossa geração não é sábia o bastante para encontrar uma linguagem comum nesta questão” (DENG, 1978)²⁶. O período exposto coincidia com as reformas internas na China, e a prioridade da diplomacia chinesa era o desenvolvimento econômico do país. O contencioso das ilhas Diaoyu/Senkaku serviria melhor aos dois lados se as negociações fossem deixadas para um momento posterior, mantendo o *status quo* de contestação de soberania por ambas as partes, porém evitando a escalada das tensões entre ambos. Logo, os dois acordos diplomáticos foram alcançados, mas ao custo de empurrar para debaixo do tapete questões tão explosivas (DRIFTE, 2008). Naquele mesmo ano, o Japão anunciou para 1979 o programa de Assistência Oficial de Desenvolvimento a China e desde 1979 até 2005, aproximadamente 3.1331 trilhões de yens foram concedidos em empréstimo de ajuda, 145.7 bilhões em ajuda não reembolsável e 144.6 bilhões implementados em cooperação técnica (MOFA Japan, 2014)²⁷. O período desde o reatamento das relações até o fim da Guerra Fria foi caracterizado pela reaproximação significativa entre Japão e China, tendo o Japão passado a oferecer ajuda

²⁶ Citado por Zhongqi Pan, “Sino-Japanese Dispute over the Diaoyu/Senkaku Islands,” 2007, p. 74.

²⁷ Dados completos no site do Ministry of Foreign Affairs of Japan. Disponível em: <<http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/china/data.html>>. Acesso em 3/10/2014.

financeira, realizado investimentos substanciais e transferência de tecnologia para a China (AVERY, et al., 2008).

No entanto, com o fim da Guerra Fria, a nova conjuntura mundial implicou em transformações significativas para as relações sino-japonesas. O Japão adentrou a década 90 já não sendo a potência econômica sem rivais, que fora nos anos 70 e 80 no Leste Asiático. A China também já não era mais sinônimo de subdesenvolvimento e frágil poder militar (SMITH, 2013). Apesar de o incidente de Tiananmen, em 1989, ter marcado o início dessa deterioração no relacionamento dos dois países, quando o Japão, assim como outras potências ocidentais criticaram e condenaram a repressão e a maneira como Beijing lidou com o evento; o grande ponto de alteração nas relações bilaterais, e especialmente as percepções dos japoneses em relação à China, foi a recalibração da balança de poder entre os dois países, causada pela rápida ascensão econômica chinesa, concomitantemente ao colapso da bolha na economia japonesa (AVERY et. al., 2008; MEDEIROS et. al., 2008; CHO e PARK, 2011; JACQUES, 2011).

Até o início da década de 90, acreditava-se no Japão que o desenvolvimento estável da economia chinesa era vital para os interesses japoneses na região. Isso fora evidente quando a China tornou-se a única exceção da regra, que proibia o governo do Japão em conceder Assistência Oficial de Desenvolvimento para países que produziam armas de destruição em massa e exportassem armamento (CHO e PARK, 2011). No entanto, com o fim da Guerra Fria, o Japão começou a competir com a China pela liderança regional. Nos meados da década de 90, as atitudes do Japão em relação à China tornaram-se visivelmente mais endurecidas e o Japão passou a competir abertamente com a China, ao procurar aproximar-se dos países da ASEAN e Ásia Central, Rússia, Índia e Coreia do Sul, para verificar o crescimento da influência regional chinesa.

Além disso, a preocupação de Tokyo em relação ao país vizinho se intensificou com a crescente expansão e modernização militar chinesa, especialmente na adoção de capacidades focadas na ilha de Taiwan e que tinham implicações perturbadoras para o Japão e outras ilhas-nação na região do Leste Asiático. A crise dos mísseis de Taiwan em 1995-1996 foi um grande ponto de tensões dessa década para as relações bilaterais sino-japonesas, quando a China conduziu exercícios de mísseis em frente à costa de Taiwan. No lado da China, a desconfiança em relação ao Japão aumentou, porque apesar do fim da Guerra Fria e a expectativa de que a aliança militar entre Japão e Estados Unidos fosse desfeita com a queda

da União Soviética, ela não desapareceu, pelo contrário, foi reforçada com a crise dos mísseis de Taiwan e passou a englobar não apenas a defesa do Japão, mas áreas do entorno japonês (embora sem mencionar explicitamente Taiwan), em 1997 (AVERY et.al., 2008).

Com a mudança estrutural na economia política do Leste Asiático nos anos 90, crescia também um sentimento negativo dentre as elites japonesas, a mídia e alguns setores econômicos não competitivos, de que a emergência da China era uma ameaça ao Japão. Nesse contexto, as discussões acerca da ascensão chinesa ganharam força e a China adquiriu imagem de uma forte competidora, um crescente problema de segurança e uma rival para o regionalismo asiático, desafiando a balança de poder e ameaçando a própria percepção de identidade japonesa como um grande poder econômico (CHO e PARK, 2011). Um ponto central que influenciou na alteração de atitude do relacionamento do Japão com a China a partir da década de 90, apontado por diversos autores (AVERY et. al., 2008; MEDEIROS et. al., 2008; CHO e PARK, 2011; JACQUES, 2011) foi a mudança política interna no Japão. A partir da década de 90, a influência dos partidos de esquerda foi enfraquecida e houve um fortalecimento de partidos mais conservadores e nacionalistas. O declínio do Partido Socialista Japonês no início daquela década eliminou uma importante força pró-China na política doméstica do Japão. Em adição a reorganização dos atores políticos e a balança de poder entre eles no cenário interno japonês, uma alteração fundamental que também ocorreu foi na mudança na identidade dos atores que evocavam a China como uma questão política: “durante a Guerra Fria a política da China era politizada predominantemente pelas forças pró-China de esquerda, mas desde meados de 90, a China tornou-se alvo de críticas da direita” (CHO e PARK, 2011, p.277, tradução nossa). As reformas políticas adotadas em meados da década de 90 no Japão, mencionadas anteriormente, e que tornaram a política japonesa mais transparente e competitiva, incentivando os políticos a apelarem diretamente para o público, afetaram de forma direta também, a política externa daquele país em relação à China: com as forças políticas de direita ganhando destaque, surgiu um apelo para debates relacionados ao patriotismo e identidade nacional e a crescente percepção de uma ameaça chinesa para a liderança do Japão na Ásia (MEDEIROS et. al., 2011).

Em relação ao âmbito interno chinês na década de 90, Beukel (2011) discorre que ao novo líder chinês da época, Jiang Zemin, faltava a auto-confiança que os líderes anteriores Mao e Deng dispunham, o que fortalecia sua inclinação em apoiar o nacionalismo popular doméstico, com o tópico Japão e as atrocidades históricas cometidas por ele como um tema incentivador do nacionalismo chinês.

A contestação pela soberania das ilhas Diaoyu/Senkaku ganhou notoriedade nesta época e passou a se tornar uma marca nas relações de ambos os países: Pan Zhongqi (2007) coloca que dada a forte ligação da disputa das ilhas com o nacionalismo interno em ambos os países; tanto o governo japonês, como o chinês vinculavam sua postura e atitude perante as ilhas com a respectiva legitimidade na política doméstica.

A situação piorou ainda mais nessa época quando em 1992, a China passou uma lei sobre o seu Mar Territorial e Zona Contígua que explicitava as Ilhas Diaoyu/Senkaku como território chinês; e em 1996, o Japão declarou uma Zona Econômica Exclusiva em volta das ilhas. Desde então, embates e confrontos físicos a respeito da soberania daqueles territórios entre grupos de extrema direita do Japão e manifestantes chineses vem ocorrendo repetidamente, e os dois governos passaram a realizar movimentos cautelosos para não exacerbar as tensões para um conflito militar (PAN ZHONGQI, 2007).

Além disso, nessa mesma década, as relações sino-japonesas atingiram seu ponto mais baixo com a visita do líder Jiang, em 1998, ao Japão, quando aquele fez acusações amargas contra o governo japonês, novamente retomando o tema do passado militarista japonês e demandando desculpas escritas do governo japonês pelos crimes de guerra cometidos. (AVERY, et. al.2008).

Com a virada do século e a entrada do primeiro ministro japonês Koizumi, tido como um populista e nacionalista, as relações políticas sino-japonesas entraram em uma espiral ainda mais descendente: as visitas anuais que esse ministro fez ao Santuário de Yasukuni, onde criminosos de guerra do Japão estão consagrados, causaram grande alvoroço na China, e o governo de Beijing utilizou-se da questão para se recusar a engajar-se em encontros bilaterais oficiais entre os dois países durante o governo de Koizumi (MEDEIROS, et. al., 2008). Esse conflito em relação às visitas ao santuário desafiou a habilidade de Beijing e Tokyo em lidar com seus problemas durante o mandato de Koizumi, já que as idas do primeiro ministro àquele local eram tidas como um estímulo ao nacionalismo japonês e uma provocação à China. O lado chinês só aceitou reatar encontros bilaterais, após a partida de Koizumi do poder.

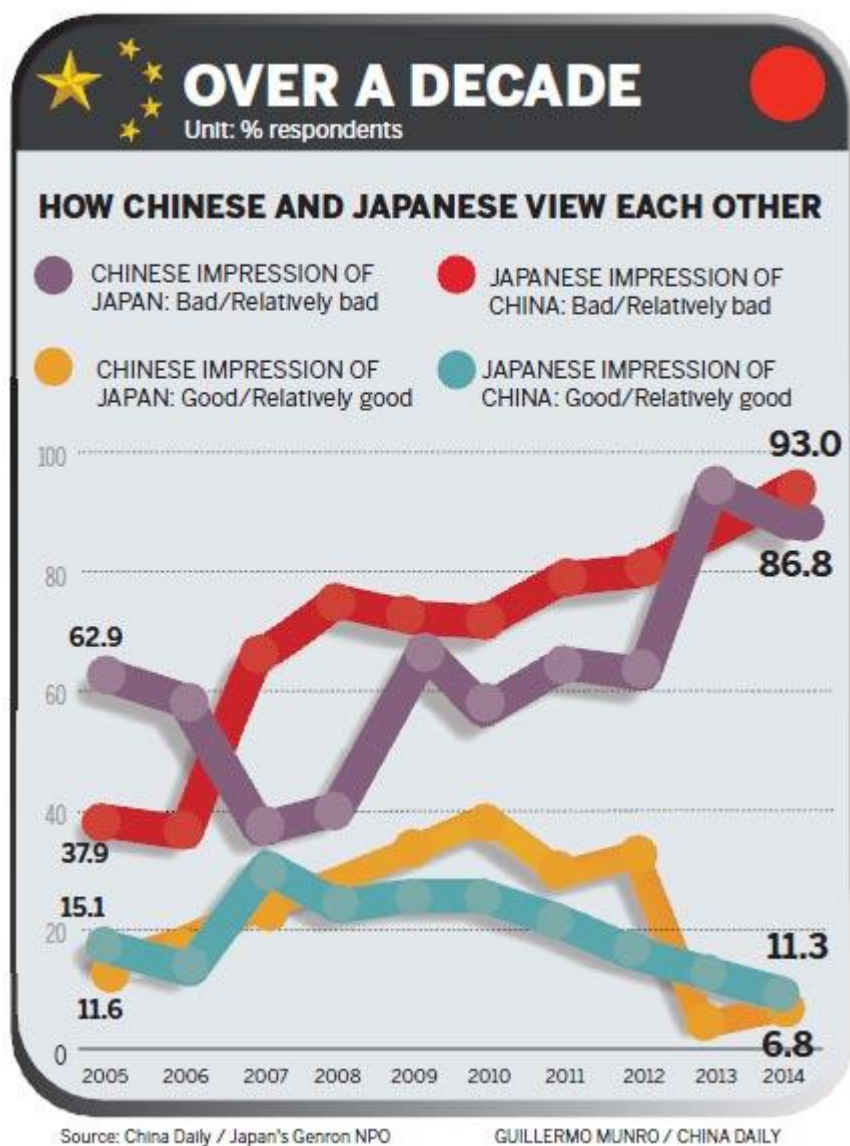
Foi também durante o período de Koizumi que ocorreram novas crises no contexto da disputa das ilhas Senkaku/Diaoyu. Em 2004, um submarino chinês invadiu águas japonesas perto das ilhas contestadas e dois navios chineses de pesca foram atacados por patrulhas japonesas por estarem em águas próximas das ilhas disputadas. Em consequência desses

eventos, um grupo de manifestantes chineses desembarcou em uma das ilhas disputadas e foram apreendidos pela Guarda Costeira Japonesa e deportados à China. Eventos como esse foram frequentes nos anos seguintes, mas essa foi a primeira vez que um grupo de ativistas chineses conseguiu desembarcar nas ilhas com a tolerância das autoridades chinesas (BEUKEL, 2011). Em 2005, o governo japonês anunciou que iria colocar sob proteção e controle estatal, um farol construído anteriormente por ativistas japoneses numa das ilhas, gerando novas tensões entre os governos. As consequências disso seriam uma nova onda de protestos anti-Japão sem precedentes, coordenados pela internet de maneira descentralizada (o que dificultou as autoridades chinesas em realizar restrições oficiais) que ocorreram por toda a China. Além das questões ligadas à disputa das ilhas, outros temas foram envolvidos nas manifestações, como o pedido japonês de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e os novos livros de história publicados pelo Ministério da Educação do Japão, que minimizavam as atrocidades de guerra cometidas pelo Japão em relação à China. Milhares de chineses foram às ruas em mais de 40 cidades do país e protestaram durante várias semanas, levando a ataques violentos contra a Embaixada do Japão em Beijing. O governo chinês teve o cuidado de evitar que essas manifestações anti-Japão prejudicassem a imagem da China como um poder pacífico em ascensão.

A entrada do primeiro ministro japonês Shinzo Abe em 2006 (apesar de ele também ser considerado parte da linha dura de políticos japoneses em relação à China) ajudou a um acomodamento das relações entre os dois países, num período que Avery et al (2008) descreve como uma “*détente*” das relações sino-japonesas. Tanto por parte dos líderes japoneses, como dos chineses, existiram esforços para melhorar as relações entre os países, em função da crescente interdependência econômica. Do lado japonês uma das razões para buscar laços melhores com o seu vizinho foi o fato de que as crescentes exportações para a China foram uma das razões para a recuperação da economia japonesa desde 2000. Mesmo que os estudiosos japoneses de segurança vissem a modernização militar da China com grande alarme, os mesmos reconheciam a necessidade de evitar que as tensões bilaterais pudessem levar a um conflito armado, como por exemplo, o caso das ilhas Diaoyu/Senkaku. Do lado chinês, relações melhores com o vizinho japonês faziam parte de um importante cálculo do governo em manter a estabilidade regional e conduzir o desenvolvimento econômico nacional. Além disso, para a China, laços mais intensos com Tokyo tornariam mais difíceis para os japoneses os dilemas de decisão a respeito de uma futura contingência de Taiwan (AVERY, et al., 2008).

Entretanto, ainda que tenha ocorrido uma distensão nas relações sino-japonesas entre 2006 e 2010, os problemas fundamentais relacionados ao passado histórico e a disputa territorial das ilhas Diaoyu/Senkaku continuariam sem resolução. Na atualidade, as relações políticas entre os dois países permanecem frágeis e marcadas por crises pontuais intensificadas. As percepções negativas que japoneses e chineses tem de si tem aumentado nos últimos anos e estão evidenciadas na última pesquisa feita conjuntamente pelo China Daily e a *think tank* japonês Genron NPO, de 2014:

Figura 6 Percepções sino-japonesas



Dados: China Daily/ Genron NPO, 2014. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/2014-09/10/content_18571059.htm>. Acesso em: 23/10/2014).

Os mais recentes desdobramentos das relações bilaterais entre Japão e China relacionados ao contencioso das ilhas Senkaku/Diaoyu, serão abordados no próximo capítulo.

É importante destacar mediante essa breve análise histórica das relações políticas sino-japonesas, o paradoxo que caracteriza as relações entre esses dois vizinhos na atualidade: apesar de extensivos laços econômicos e da crescente interdependência entre China e Japão no período pós-Guerra Fria, a questão econômica não foi suficiente para criar novas posturas entre os dois países e fracassou em evitar a deterioração do relacionamento político entre essas duas potências da Ásia (BEUKEL, 2011).

No âmbito econômico, de maneira geral, as relações entre China e Japão tem se intensificado cada vez mais ao longo dos últimos anos e os dois países são os maiores parceiros comerciais da região. Em 2009, a China ultrapassou os Estados Unidos e tornou-se o maior mercado para as exportações japonesas, tendo atingido a cifra de 162,245,572 milhões de dólares em 2013, e o Japão importou um valor de 150,132,588 milhões de dólares em importações da China no mesmo período (UN COMTRADE, 2013).²⁸ O sucesso econômico da nação japonesa permanece ligado ao fluxo contínuo de comércio e investimento com a China, e desde de 1999 a 2013, o fluxo de investimentos japoneses na China aumentaram em mais de 252% (JETRO, 2013).²⁹ A China além de grande mercado consumidor de produtos japoneses também é uma base de fabricação de multinacionais nipônicas. Medeiros (2008) destaca dentre alguns fatores positivos do comércio Japão-China, o fato de as duas economias serem complementares.

No entanto, em concordância com a posição de Beukel (2011), Jacques (2011) aponta que as boas relações comerciais e a crescente interdependência entre as duas economias não significam que as relações bilaterais China-Japão tendam a crescer inevitavelmente harmônicas: o antagonismo subjacente entre os dois países é profundamente mais enraizado. A ascensão chinesa não somente suscita rivalidade histórica entre esses dois países, mas também a posição de liderança econômica que o Japão desfrutou na Ásia durante muito tempo, desafiando a balança regional de poder e ameaçando a identidade da percepção japonesa de grande poder econômico. Uma variedade de causas estruturais e imediatas tem impulsionado

²⁸ Dados reportados pela China em 2013. Excluem os valores da SAR Hong Kong e Macau. Disponíveis em: <<http://comtrade.un.org>>. Acesso em: 12/10/2014.

²⁹ O fluxo de investimentos diretos do Japão na China em 1999 eram de 360 milhões de dólares. Em 2013 essa cifra aumentou para 9.104 milhões de dólares. Os dados excluem a SAR Hong Kong. Dados: Japan External Trade Organization (JETRO). Disponível em: <<http://www.jetro.go.jp/>>. Acesso em: 10/10/2014.

a distância entre Japão e China. Ambos veem a si mesmos como líderes naturais na Ásia e além dessas questões sérias de liderança, existem as disputas territoriais e diversas outras disputas mais específicas dividem os dois países, como a competição por contratos de gás e petróleo, especialmente com a Rússia.

A ascensão chinesa vem claramente mexendo nos impulsos competitivos do Japão.

“Em face da transformação do Leste Asiático, e acima de tudo, da China, o Japão tem estado efetivamente paralisado, incapaz de mudar a direção, oferecendo pouco mais do mesmo (...). Como o especialista chinês de Leste Asiático, Zhu Feng argumenta, o Japão tem estado menos preparado para a ascensão da China do que qualquer outro país. Eles não conseguem e não querem acreditar nisso. Mesmo assim, isso os afeta mais do que qualquer outro país” (JACQUES, 2011, p.395, tradução nossa).

Como resposta a emergência da China, o Japão buscou aproximar-se e fortalecer a aliança com os Estados Unidos, assim como reforçar seus laços com outros parceiros regionais, desde Índia, Austrália a Taiwan. Em adicional, o governo japonês tem afrouxado suas restrições do uso da força militar e tem estado cada vez mais disposto a usar seus navios de guerra e aeronaves para patrulhar áreas que disputa com a China (MEDEIROS et al, 2008).

O próximo capítulo irá abordar a disputa da soberania das ilhas Diaoyu/Senkaku na atualidade. A escolha desse conflito como o maior desafio para a China, no contexto de seu discurso da “ascensão pacífica” na Ásia está relacionada à complexidade que essa disputa abrange: não limitada somente à questão de soberania e demarcação territorial, o contencioso abrange uma série de motivos importantes para os dois países, como o fator estratégico das reservas de recursos naturais de petróleo e gás na área e as implicações políticas para ambos os lados, na maneira de lidar com o conflito e que se reflete em outras disputas territoriais que cada país possui com outros vizinhos: nenhum dos dois lados quer que a resolução desse conflito possa abrir um precedente desfavorável para a resolução de problemas similares.

4 CAPÍTULO 3: A DISPUTA PELA SOBERANIA DAS ILHAS DIAOYU/SENKAKU

Este capítulo aborda o contencioso pela soberania das ilhas Senkaku/Diaoyu entre Japão e China. O capítulo divide-se em três partes: a primeira parte faz uma introdução geral sobre o arquipélago, o fator geopolítico das reservas de petróleo e gás na região, as implicações da obtenção da soberania das ilhas relacionadas à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982, assim como a disputa entre os dois países pela delimitação de uma borda marítima. A segunda parte aborda as origens das diferentes posições de China e Japão na reivindicação da soberania das ilhas e terceira parte realiza uma contextualização a respeito dos últimos eventos dessas disputas nas relações sino-japonesas da atualidade.

4.1 As ilhas Diaoyu/Senkaku e o fator geopolítico das reservas de petróleo e gás na região

A origem do nome chinês Diaoyu é um termo geral para designar o arquipélago, a partir do nome da maior ilha- Diaoyu (ou Uotshuri em japonês). Em chinês Diaoyu Dao significa “ilha de pesca”. No Japão, o nome Senkaku refere-se ao arquipélago.

As ilhas Senkaku/Diaoyu estão situadas no Mar Oriental da China, aproximadamente a 200 milhas náuticas de distância a oeste de Okinawa (Japão), 120 milhas náuticas a nordeste de Taiwan e 200 milhas náuticas a leste da China Continental. O arquipélago consiste em cinco ilhas vulcânicas (Uotsurijima ou Diaoyu Dao, Kubajima ou Huangwei Yu, Taisho-to ou Chiwei Yu, Kita Kojima ou Beixiao Dao e Minami Kojima ou Nanxia Dao) e três rochedos. A posição exata das ilhas vai desde 25°40’ a 26°00’ Norte e 123°25’ a 123°45’ Leste (LOHMEYER, 2008). Apesar de uma população japonesa já ter habitado a ilha Uotsurijima/Diaoyu, atualmente todas as ilhas são desabitadas.

As ilhas Diaoyu/Senkaku eram consideradas de pouco valor econômico, exceto pela atividade de pesca e coleta de penas de aves, até que em 1968, uma pesquisa da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Ásia e Extremo Oriente (UNECAFE) revelou a possibilidade de grandes reservas de gás e petróleo na plataforma continental ao redor do arquipélago (ASADA, 2007).

A descoberta de potenciais reservas desses recursos naturais atraiu a atenção política para as ilhas. Segundo Lohmeyer (2008), antes da descoberta de depósitos de petróleo e gás na área das ilhas, a atitude em relação a estes territórios eram um tanto inerte por parte do governo chinês (e de Taiwan).

A descoberta do potencial energético daquela região tornou-se de vital importância para as economias de China e Japão. Considerando-se que atualmente a sociedade capitalista baseia-se na utilização dos hidrocarbonetos como sua fonte principal de extração de energia, movendo os setores industriais, comerciais e agrícolas, ou seja, a necessidade do uso de energia permeia toda a forma de produção no mundo contemporâneo. Grande parte da energia produzida no presente é proveniente de fontes não renováveis como petróleo e gás natural. A busca pelos recursos energéticos tornou-se uma das variáveis mais importantes dentro do sistema internacional e tanto a política externa, quanto os assuntos internos dos países têm sido influenciados por essa determinante. A garantia dessas fontes de riquezas capacita as nações a continuarem desenvolvendo-se dentro do modo de produção do mundo contemporâneo. Logo, não se pode negar que no conflito pela soberania das ilhas Diaoyu/Senkaku, além das fortes influências dos ressentimentos históricos e questões nacionalistas nos dois países, outro elemento considerável nessa disputa é o potencial energético da área (LAVELLE e SMITH, 2012).

A disputa territorial que se seguiu logo após a descoberta, incorreu na impossibilidade de se realizarem pesquisas sólidas sobre as reservas energéticas na região. A *The U. S. Energy Information Association*- EIA- estimou entre 70 e 160 bilhões de barris e 200 bilhões de metros cúbicos de gás naquela área³⁰.

De qualquer maneira, desde a década de 70 a importância do acesso a recursos de hidrocarbonetos para o Japão e a China somente aumentou. Segundo relatório da EIA (2014), em 2013 a China foi o maior consumidor global de petróleo líquido e o segundo maior importador (atrás somente dos Estados Unidos). Com o crescimento econômico chinês, as importações de gás também têm aumentado nos últimos anos, colocando pressão no governo, em assegurar novos fornecedores desses recursos, que possam garantir a demanda doméstica. Em relação ao Japão, em 2013, o país foi terceiro maior importador de petróleo cru (atrás somente de Estados Unidos e China) e o maior importador de gás liquefeito natural. Devido as suas condições geográficas, o Japão tem poucas opções energéticas domésticas e é muito dependente de importações de recursos naturais.

Outro fator estratégico importante nas potenciais reservas daquela área é que o acesso a elas possibilitaria tanto ao Japão quanto a China, diminuir a alta dependência energética do

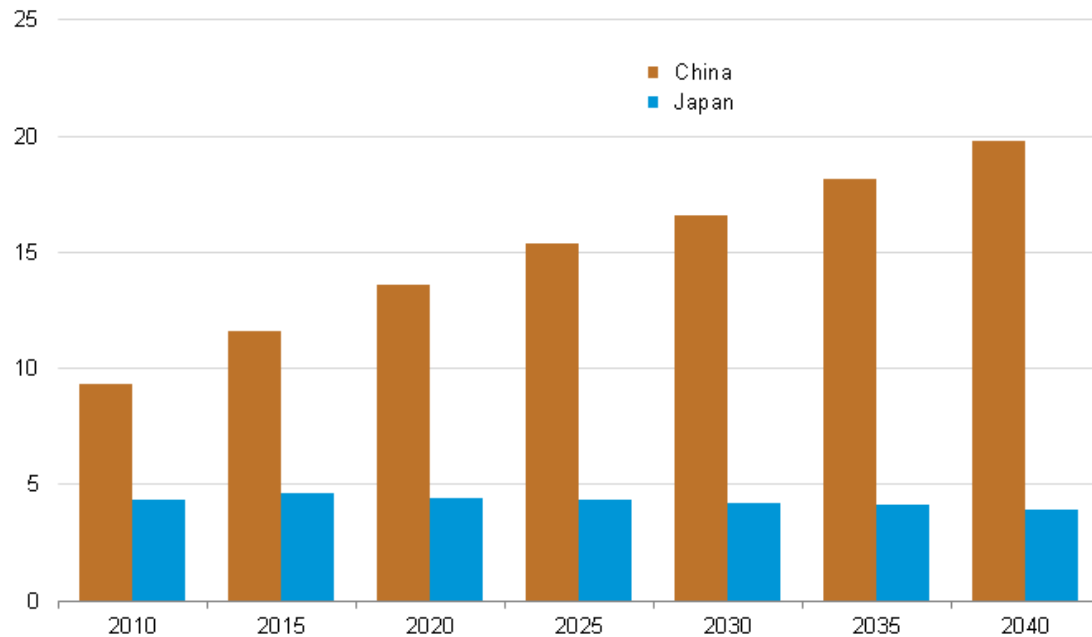
³⁰ Dados retirados do site da EIA. Disponível em: < <http://www.eia.gov/countries/regions-topics.cfm?fips=ecs>>. Acesso em: 05/11/2014.

Oriente Médio (DRIFTE, 2008). A figura abaixo apresenta uma projeção feita pela EIA, a respeito do consumo diário de milhões de barris de petróleo e outros líquidos até 2040, no Japão e China.

Figura 7 Projeção do consumo de petróleo e outros líquidos na China e Japão 2010-2040

Projected petroleum and other liquids consumption in China and Japan, 2010-40

million barrels per day



Source: U.S. Energy Information Administration, *International Energy Outlook 2013*

Fonte: EIA 2013. Disponível em: < <http://www.eia.gov/countries/regions-topics.cfm?fips=ecs>>. Acesso em: 05/11/2014.

Essa figura reforça a necessidade energética de ambos os países, especialmente para a China, de assegurar seu acesso a esses recursos energéticos, destacando, novamente, o peso do fator geopolítico das reservas de hidrocarbonetos nas ilhas Diaoyu/Senkaku.

Atualmente, a contestação pela soberania das referidas ilhas é alvo de disputa de três atores: Japão, República Popular da China e República da China (Taiwan). O último ente, não é objeto de estudo desta pesquisa e levando-se em conta que Taiwan é considerada pelo governo chinês como uma província rebelde (e não é reconhecida pela maioria dos países como um Estado independente), o conflito por essas ilhas envolve especialmente, como atores primordiais, o Japão e a China.

Uma disputa territorial é um conflito entre dois ou mais Estados sobre o direito de propriedade e controle de um território. As disputas territoriais são geralmente vistas como de

natureza de um jogo de soma zero, já que a disputa pela soberania de um território está intrinsecamente relacionada a interesses primordiais de segurança de um Estado. Jogo de soma zero é um termo utilizado nas relações internacionais para explicar contextos de disputas em que o resultado final do conflito implica na dualidade de vencedor e perdedor.

Os conflitos de disputas territoriais envolvem fronteiras territoriais, assim como ilhas e outros recursos marítimos, como recifes de coral, que se encontram acima da linha da maré alta. A disputa pela soberania marítima é um conflito sobre os direitos exclusivos das águas, especialmente das Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE), como definido pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982-UNCLOS. Todas as partes envolvidas na disputa reivindicam o status das ilhas como de sua soberania (FRAVEL, 2010). A consequência legal de quem obtém esse status específico, é que ele cria um mar territorial, plataforma continental e a sua própria Zona Econômica Exclusiva, pois de acordo com o artigo 121 da UNCLOS: “as ilhas criam território marítimo, zona contígua e Zona Econômica Exclusiva” (UNCLOS, 1982). Logo, as ilhas Senkaku/Diaoyu poderiam criar uma ZEE de 40,000 km quadrados e o país que tiver a sua soberania, terá o direito sobre os depósitos de recursos naturais da área.

Além desse conflito territorial pelas ilhas Diaoyu/Senkaku, é importante destacar que China e Japão também têm uma disputa em relação à demarcação de suas bordas marítimas, pois a área atual delimitada e reivindicada por cada parte se sobrepõe.

Sobre este tema, a Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar, do qual Japão e China são signatários, permite que os Estados costeiros estabeleçam uma Zona Econômica Exclusiva de até 200 milhas marítimas das linhas de base, a partir da qual se medirá a largura do mar territorial (artigo 57). Além disso, em relação à plataforma continental, o artigo 76 prevê que:

“A plataforma continental de um Estado costeiro compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância” (UNCLOS, 1982).

O fato de o Japão e China dividirem uma plataforma continental e que as suas Zonas Econômicas Exclusivas se sobrepõem no Mar Oriental da China; bem como a distância entre as duas áreas costeiras dos países naquela parte do oceano ser menor do que 400 milhas; torna necessário que os dois Estados concordem em uma delimitação das Zonas Econômicas

Exclusivas e da plataforma continental. No entanto, os países discordam em relação a essa delimitação: o Japão exige a aplicação de uma abordagem de equidistância, com o desenho de uma linha mediana entre as costas dos dois países que deveria demarcar os direitos marítimos dessas águas; ao passo que a China defende a aplicação do princípio da plataforma continental natural (DRIFTE, 2008; FRAVEL, 2010).

De qualquer maneira, a relevância em mencionar essa disputa de borda marítima entre os dois países, é que como as ilhas Diaoyu/Senkaku estão localizadas no Mar Oriental da China, elas também podem influenciar nessa disputa, caso as ilhas sejam consideradas como uma das circunstâncias relevantes para essa delimitação de borda marítima. Lohmeyer (2008) coloca que a resolução da questão de soberania das ilhas é uma pré-condição para a limitação da fronteira marítima entre os países (LOHMEYER, 2008).

O mapa abaixo ilustra o conflito pela delimitação da borda marítima, com as linhas de base reivindicadas pelos dois países, assim como a localização das ilhas Diaoyu/Senkaku, no Mar Oriental da China:

Figura 8 Mapa da disputa de borda marítima entre Japão e China e a localização das ilhas Diaoyu/Senkaku



Fonte: China Briefing. Disponível em: <<http://www.china-briefing.com/news/2011/05/31/chinas-territorial-disputes-in-the-south-china-sea-and-east-china-sea.html>>. Acesso em 05/11/2014.

4.2 As bases das reivindicações de China e Japão pela soberania das ilhas

4.2.1 Japão

O governo do Japão reivindica a soberania das ilhas Senkaku/Diaoyu, sob o argumento da doutrina do direito internacional, de que o país incorporou as ilhas em janeiro de 1895 como *terra nullius* (território desocupado), após tê-las descoberto dez anos antes, e verificado que não havia indícios de controle sobre aquele território por nenhum outro Estado (ASADA, 2007). Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Japão, o governo japonês incorporou as ilhas através de “meios legais no âmbito do quadro legal internacional que existia naquela época” (MOFA Japão). Baseada nessa confirmação de *terra nullius*, as ilhas foram anexadas sob administração da prefeitura de Okinawa, e desde então, o Japão exerceu controle efetivo sobre o território, até o fim da Segunda Guerra Mundial, quando as ilhas passaram a ser administradas pelos Estados Unidos. Apesar de o fim da Primeira Guerra Sino-Japonesa ter sido a favor do Japão, o país afirma que as referidas ilhas não eram parte do território de Taiwan ou de Pescadores, e que foram incorporadas ao seu território anteriormente a conclusão do Tratado de Shimonoseki, no qual Taiwan e Pescadores foram cedidos pela China para aquele país. O Japão também defende que após o fim da Segunda Guerra Mundial, pelo fato de as ilhas Diaoyu/Senkaku não serem parte dos últimos dois territórios, os quais o Japão teve que renunciar, após o Tratado de Paz de São Francisco; as ilhas foram colocadas sob administração dos Estados Unidos (1945-1972), como parte de Okinawa, o que reafirmaria as ilhas como parte do território japonês (ASADA, 2007). É importante destacar que a questão da soberania das Diaoyu/Senkaku não foi mencionada explicitamente na Declaração do Cairo (1943), Conferência de Yalta (1945) ou Declaração de Postdam (1945). No entanto, tais territórios foram incluídos no Tratado de Reversão de Okinawa entre Estados Unidos e Japão em 1971, que entrou em vigor 1972, no qual os direitos administrativos daqueles territórios voltariam ao Japão (LOHMEYER, 2008).

O Japão acusa as autoridades da China imperial, da China Republicana e da República Popular da China (até 1971), de não terem reclamado a posse das ilhas pelo Japão até a década de 70; tendo somente o feito, após a descoberta de possíveis reservas energéticas na área (DRIFTE, 2008). O país nega a existência de uma questão territorial sobre aquelas ilhas,

afirmando que não existem dúvidas em relação a sua posse naqueles territórios (ASADA, 2007).

Asada (2007) considera que se aplicadas regras contemporâneas de direito internacional, o Japão tem uma reivindicação de soberania mais forte, devido a sua incorporação de um território desocupado e seu controle efetivo sobre as ilhas, que não foi desafiado durante muito tempo. Para esse jurista japonês, o argumento defendido pela China, de que aquele país teria “descoberto” as ilhas anos antes de o Japão incorporá-las, em termos de direito internacional moderno não é muito forte, já que a China nunca exerceu controle efetivo ou habitou aqueles territórios. A “descoberta” das ilhas pelos chineses, apenas menciona registros de pessoas que passaram pelas ilhas, ou as utilizaram como ponto de referência nas suas viagens entre a China e Okinawa. Além disso, Asada sustenta que a assertiva chinesa de que o Japão adquiriu as ilhas após o Tratado de Shimonoseki, depende considerar se as ilhas Senkaku/Diaoyu eram parte do território de Taiwan ou de Okinawa. No entanto, Asada argumenta que o mapa de Taiwan do fim do século XIX não incluía as ilhas Senkaku/Diaoyu.

4.2.2 China

As reivindicações chinesas pela soberania das ilhas Diaoyu/Senkaku estão fundamentadas em uma perspectiva histórica. Em 1971, o Ministério das Relações Exteriores da China protestou formalmente a soberania destes territórios, declarando que a posse das referidas ilhas seria da China desde épocas antigas. A China indica documentos antigos chineses que falam sobre as Diaoyu/Senkaku desde a Dinastia Ming (1368-1644), assim como documentação que sugere que as ilhas foram incorporadas nas defesas marítimas das dinastias Ming e Qing (1644-1911). As ilhas eram utilizadas como ajuda na navegação e base operacional de atividades de pesca chinesa. A argumentação da China é de que durante muitos séculos, antes mesmo da “descoberta” das ilhas pelo Japão no fim do século XIX, as Diaoyu/Senkaku estiveram sob administração e jurisdição chinesa como parte de Taiwan, e que não pertenciam a Okinawa (ZHONGQI, 2007). No entanto, para a China, o Japão tomou as ilhas: com o fim da Primeira Guerra Sino-Japonesa, o país foi forçado a concluir o tratado desigual de Shimonoseki, no qual a Ilha de Taiwan, assim como as ilhas pertencentes a ela, seriam cedidas ao Japão. O governo chinês considera que as Ilhas Diaoyu/Senkaku fazem parte do território de Taiwan, e interpreta que com o fim da Segunda Guerra Mundial e a aceitação incondicional pelo Japão da Declaração de Cairo e Postdam, as quais determinaram que o Japão deveria devolver todos os territórios chineses tomados e ocupados desde o

Tratado de Shimonoseki, incluíam as referidas ilhas. Para a China, isso deveria implicar em fazer com que as ilhas Diaoyu/Senkaku fossem legalmente revertidas para a China, assim como o território de Taiwan foi automaticamente devolvido ao país (ZHONGQI, 2007).

Segundo o governo chinês, após a Segunda Guerra, o Japão passou ilicitamente as ilhas Diaoyu/Senkaku para os Estados Unidos, e o último, unilateralmente declarou que tinha os direitos administrativos sob as ilhas (ASADA, 2007). Em relação a este último fato, por a China não ter assinado o Tratado de São Francisco, ela não o considera juridicamente vinculativo: foi naquele tratado que foi estipulada a administração americana das ilhas japonesas de Okinawa e Daito (incluindo Diaoyu/Senkaku).

Logo, para a China, o contencioso da soberania sobre tais ilhas seria resultado do expansionismo japonês no século XIX, que culminou na cessão de territórios chineses, num contexto em que a China encontrava-se numa posição fraca e de desvantagem em relação ao Japão. Apesar de o governo japonês acusar a China de só tomar iniciativa de reivindicar a soberania das ilhas após a descoberta de potenciais reservas de petróleo e gás na área, o governo chinês sustenta que o fato que gerou essa reivindicação foi o Tratado de Reversão de Okinawa ao longo de 1971, e a indicação de que a administração de tais territórios que seriam de sua soberania voltaria para o governo japonês.

Drifte (2008) coloca que a diferença demonstrada nos interesses oficiais chineses na contestação das ilhas Diaoyu/Senkaku, em relação às ilhas Paracel e Spratley no Mar do Sul da China, é que no último caso, o governo chinês afirmou seus direitos desde o século XIX, quando outros países tinham interesse ou reivindicaram essas áreas. No entanto, em relação às ilhas Diaoyu/Senkaku, somente muitos anos após o controle japonês sobre as ilhas, que a China decidiu reivindicar sua soberania com base nesse viés histórico.

4.3 As implicações políticas da disputa pelas ilhas Diaoyu/Senkaku na atualidade

Apesar de passados mais de quarenta anos desde o Tratado de Reversão de Okinawa e da reivindicação oficial chinesa sobre a soberania das ilhas Diaoyu/Senkaku, as controvérsias em relação a esses territórios mantiveram-se persistentes, longe de uma resolução e constantemente sendo um grande empecilho para as relações políticas entre Japão e China. Para Smith (2013), a gestão cuidadosa e a diplomacia hábil desses dois governos em relação ao contencioso das ilhas desde a década de 70, apenas adiou a disputa, permitindo que ela deteriorasse e emergisse, como talvez, o ponto de ignição mais instável da região.

Para Jacques (2012), as atuais relações sino-japonesas referentes a esse conflito são vistas como um jogo de soma zero entre os dois países, e as questões históricas claramente predominam sobre todas as outras.

“Nos termos do presente, de longe o mais importante -e perigoso- assunto diz respeito às disputadas ilhas Senkaku/Diaoyu e as disputas similares de fronteira marítimas no Mar Oriental da China. Já aconteceram confrontos sobre as ilhas, mais notadamente em 1990. Ao contrário das ilhas disputadas no Mar do Sul da China, é de conhecimento que existam depósitos significativos de petróleo e gás na área, concedendo-lhes, assim, um adicional de significância estratégica. (...) Até que algum tipo de acordo seja alcançado, essa disputa é a mais provável que resulte em um incidente grave e atrapalhe as relações entre os dois países” (JACQUES, 2012, p. 398, tradução nossa).

Como visto no capítulo anterior, quando Japão e China estabeleceram suas relações diplomáticas nos anos setenta, a disputa pela soberania das ilhas foi mencionada, e as partes decidiram, num acordo verbal, por lidar com tal assunto “posteriormente” (apesar de o governo japonês não sustentar isso em sua posição oficial, já que isso implicaria em reconhecer que existe, de fato, uma contestação de um território que ele considera seu). Ao longo dos anos, apesar das relações políticas entre esses países terem sido, por vezes, permeadas por tensões referentes a essa disputa, de fato, o conflito nunca chegou a um nível de confronto militar entre os dois países (FRAVEL, 2010).

No entanto, desde 2010 as fricções referentes às Diaoyu/Senkaku entre esses dois países parecem ter desenvolvido o potencial para uma escalada maior do que no passado, suscitando temores e especulações sobre uma possibilidade de guerra entre China e Japão (ROSE, 2013). Em 2010, um barco de pesca chinês colidiu com a guarda costeira japonesa em águas próximas as ilhas, levando a detenção da tripulação chinesa. Esse evento fez com que a China reagisse com uma série de medidas diplomáticas com o objetivo de defender a soberania chinesa na área disputada, além de ter suscitado inflamados protestos contra o Japão naquele país (BEUKEL, 2011). A China também demonstrou sua ira em relação ao incidente, com a decisão de banir as exportações de minerais de terras-raras para o Japão, materiais fundamentais para várias indústrias japonesas. Apesar de os líderes chineses afirmarem que a medida havia sido tomada para “proteger o meio-ambiente”, ela foi uma das respostas retaliativas ao Japão (SMITH, 2013). Além desses fatos, diante dessa nova escalada do conflito e de um nível cada vez mais baixo nas relações sino-japonesas, os Estados Unidos resolveram se pronunciar sobre o conflito, de certa forma dando “suporte” ao Japão, quando em outubro daquele mesmo ano, afirmou de forma direta a aplicabilidade do artigo quinto do Tratado de Cooperação Mútua e Defesa entre Estados Unidos e Japão, de 1960, na

controvérsia das ilhas Diaoyu, apesar da posição de neutralidade do país perante o conflito. Segundo Smith (2013), até então, os Estados Unidos não tinham demonstrado uma postura tão robusta em relação ao conflito. A Secretária de Estado dos Estados Unidos na época, Hillary Clinton, afirmou em uma declaração que “as Senkaku (Diaoyu) eram abrangidas no âmbito do artigo quinto do Tratado de Cooperação Mútua e Segurança entre Estados Unidos e Japão”³¹. Segundo este artigo:

“Cada Parte reconhece que um ataque armado contra uma ou outra parte, nos territórios sob a administração do Japão, seria perigoso para a sua própria paz e segurança, e declara que agiria para enfrentar o perigo comum, em conformidade com as suas disposições e processos constitucionais”.

Logo, nessa controvérsia entre China e Japão, adicionou-se como pivô, a maior potência global, e o conflito das ilhas Senkaku/Diaoyu não fora mais visto como uma disputa bilateral envolvendo Japão e China, mas como um ponto focal na competição sino-americana e potencial conflito: “os Estados Unidos carregam potencialmente o risco substancial caso ocorra uma rápida escalada nas tensões entre Japão e China” (SMITH, 2013, p. 40, tradução nossa). Apesar de que a presença dos Estados Unidos na disputa possa dar garantias ao Japão e ajudar a manter a estabilidade promovendo um equilíbrio de poder na região; ao mesmo tempo, tais garantias americanas, paradoxalmente, poderiam exacerbar as fricções; já que o Japão poderia se sentir encorajado a iniciar ações provocativas para consolidar a sua reivindicação de soberania das ilhas.

De qualquer maneira, posteriormente a essa nova baixa nas relações sino-japonesas em 2010, as fricções entre os dois países foram relaxadas temporariamente após a soltura do capitão e tripulação chinesa pelo governo japonês, e após o encontro de líderes chineses e japoneses em foro multilaterais. Contudo, ironicamente, o ano de 2012 que marcou o aniversário de 40 anos da normalização das relações sino-japonesas, marcou também um novo pico de graves tensões que abalaram mais uma vez esses dois países. O motivo do início dessas novas desavenças foi o anúncio do governador ultranacionalista de Tokyo, Ishihara Shintaro, nos primeiros meses daquele ano, de planos do Governo Metropolitano de Tokyo, que objetivavam realizar uma campanha nacional para angariar fundos para a compra de três das ilhas do arquipélago Senkaku/Diaoyu, de posse de um dono privado. Esse anúncio levou a inúmeras tentativas de grupos da China continental, Hong Kong, Taiwan, de tentar

³¹ “Joint Press Availability with Japanese Foreign Minister Seiji Maehara” (Kahala Hotel and Resort, Honolulu, Hawaii, 27 de Outubro 2010). Disponível em: < <http://m.state.gov/md150110.htm>>. Acesso em 05/11/2014.

desembarcar naquelas ilhas como forma demonstração do nacionalismo e a reforçar a reivindicação da soberania daqueles territórios (ROSE, 2013).

Logo, como resposta ao aumento dessas tensões, em setembro de 2012, o primeiro ministro japonês, Noda Yoshihiko decidiu realizar um acordo para a compra dessas três ilhas de propriedade de uma família japonesa. Essa ação de “nacionalizar” as ilhas era justificada pelo governo japonês como um movimento de antecipação para bloquear o plano mais provocante de Ishihara, de modo a evitar maiores problemas diplomáticos com a China (SMITH, 2013). Drifte (2014) discorre que para o governo central japonês, a possibilidade de ter as três ilhas sob controle do governador ultranacionalista de Tokyo, que não somente queria realizar a compra das ilhas, mas construir instalações em seus territórios para fortalecer a soberania do Japão sobre as ilhas, de modo a provocar ainda mais a China, causou grande alarme e desconforto para Noda. A pressão aumentou ainda mais quando internamente, as contribuições voluntárias para a iniciativa de Ishihara, rapidamente começaram a dar resultados de sucesso, manobrando quaisquer dificuldades legais para Ishihara, em usar o dinheiro de impostos de Tokyo para a compra das ilhas, de modo a fortalecer ainda mais a popularidade de seus atos. Existia por parte de Ishihara, a intenção de pressionar o governo central japonês, em adotar uma posição mais severa em relação à China.

No entanto, o anúncio da nacionalização das ilhas serviu para agravar ainda mais a situação com a vizinha do Japão. Após o anúncio da compra, a China adotou diversas contramedidas políticas em relação ao Japão, desde o cancelamento de visitas oficiais e não-oficiais no âmbito da celebração de 40 anos de relações diplomáticas, assim como pela realização de declarações e atos que reforçaram a contestação chinesa pela soberania das ilhas.

Para a China, as implicações da nacionalização dessas três ilhas do arquipélago levaram a quebra do “*status quo*” do período da década de 70, quando os dois governos haviam acordado “verbalmente” em suspender as negociações sobre a soberania das ilhas, mantendo suas respectivas reivindicações, mas sem adotar atos que alterassem esse “empate” na contestação. Ao nacionalizar as ilhas, o governo japonês foi além desse “empate” acordado, intensificando ainda mais a disputa, fazendo com que as ações de ambos os lados se tornassem mais assertivas (HERRANZ, 2012). Desde então, o governo chinês tem respondido a isso, enviando repetidamente navios da guarda costeira chinesa para aquelas áreas, buscando provar que realmente existe uma disputa territorial e que o Japão não tem controle exclusivo sobre as ilhas (DRIFTE, 2014). Além disso, o governo chinês também mudou sua postura em

relação à negociação das suas disputas marítimas e territoriais com o Japão: até então, dava primazia a uma solução negociada bilateralmente entre os dois países, no entanto, no mesmo mês após a nacionalização das ilhas Diaoyu/Senkaku, a China submeteu a ONU, uma carta náutica com as linhas de base para o mar territorial das ilhas Senkaku/Diaoyu, e em dezembro, uma proposta para o alargamento de sua plataforma continental (que também incluía tais territórios).

No cenário interno chinês, um sentimento anti-Japão emergiu com força explosiva em diversos protestos públicos que ocorreram em mais de 100 cidades chinesas, com ataques a nacionais japoneses, destruição de lojas, restaurantes e fábricas ligados à imagem do Japão. De acordo com Drifte (2014, p. 14, tradução nossa) “em um protesto em Shanghai, cerca de sete mil manifestantes entoavam canções com slogans do tipo ‘vença o imperialismo japonês’, ‘boicote produtos japoneses’ e ‘destrua o Japão e reavenha Okinawa’”.

Rose (2013) ressalta que uma das principais diferenças entre essa última crise iniciada em 2012, em relação aos incidentes anteriores, é a maneira como a disputa foi projetada no público interno. Na narrativa chinesa, a disputa pela soberania das ilhas tornou-se firmemente inserida no passado histórico imperialista do Japão e de suas invasões. A mídia chinesa buscou fazer conexões diretas com a questão histórica das relações sino-japonesas, criticando a posição oficial do governo japonês de contestação da soberania das ilhas, como representativo da negação dos resultados da guerra global anti-facista, do qual a China fez parte ao lado das forças aliadas na Segunda Guerra Mundial.

Por outro lado, é difícil para a narrativa oficial do governo japonês, dissociar o passado histórico imperialista do seu país, da disputa pelas ilhas. No entanto, o Japão tem buscado em sua abordagem, afastar essa questão da sensibilidade histórica de seu passado imperialista nesse contencioso, buscando lidar com essa disputa, do ponto de vista do direito internacional e de segurança, dando ênfase as credenciais do Japão atual, de país democrático e pacífico (ROSE, 2013).

O grande problema do conflito pela soberania destas ilhas, é que em ambos os países, a maneira como se lida com esse tema pode ser vista como uma renacionalização da história; imutável, indisputável, e com uma única versão dos fatos para cada parte. No cenário interno, esse conflito gera discursos unificadores, suscita sentimentos nacionalistas que atraem as audiências domésticas, e que ajudam os atuais líderes do Japão e China (Abe e Xi Jinping) a ganharem a legitimidade que eles necessitam, para construir apoio doméstico, ao provarem

suas credenciais nacionalistas. Quando se trata do conflito das ilhas Diaoyu/Senkaku, no caso japonês, a tradicional divisão política entre esquerda e direita desaparece, dando lugar a uma espécie de consenso nacional. Na China, onde múltiplos casos de contestação de soberania de territórios têm surgido nos últimos anos, o conflito pelas Diaoyu/Senkaku torna-se um lembrete importante para o povo chinês, de sua luta para superar a humilhação nacional nas mãos de imperialistas ocidentais e japoneses. No entanto, no futuro, o estímulo ao nacionalismo, especialmente um nacionalismo voltado a um sentimento anti-japonês ou anti-chinês, pode se tornar um elemento perigoso, que pode fugir do controle de ambos os governos, agravando ainda mais as tensões entre esses dois países na disputa pelas ilhas (SMITH, 2013).

No que diz respeito à transição política que os dois países passavam na ocasião da crise de 2012, na China, após dez anos do mandato de Hu Jintao, Xi Jinping assumia a liderança do país com a missão de consolidar sua autoridade e garantir o controle firme sobre todas as áreas do governo. Logo, existia a necessidade de enviar sinais fortes e claros de política externa, para lidar com problemas de deslegitimação interna e legados desestabilizadores do seu predecessor, como problemas relacionados à corrupção, agitação social doméstica, dentre outras questões. Rose (2013) afirma que naquele momento o conflito das ilhas Diaoyu/Senkaku, apresentou-se como uma distração útil, que permitiu a Xi Jinping tomar uma posição forte contra o Japão. No entanto, para Smith (2013) cabe ressaltar, que por mais que o caso das ilhas possa ter sido uma distração doméstica conveniente, a agressividade popular e a violência cometida contra pessoas e propriedades japonesas alarmaram o governo chinês, que temeu que em algum ponto, esses protestos anti-Japão pudessem se tornar protestos contra o governo, o que levou o governo chinês a tomar medidas para conter as manifestações.

No caso japonês, a mudança política ocorria com a troca do primeiro ministro Noda e a volta de Abe Shinzo ao poder. Excepcionalmente durante o período eleitoral daquele ano, a política externa japonesa ganhou grande destaque na agenda eleitoral e na campanha de Abe, que prometia tomar uma posição firme em relação ao conflito pelas ilhas Diaoyu/Senkaku.

“Ao assumir o cargo, Abe adotou uma posição bastante pragmática em relação à China (como havia feito durante sua primeira passagem como primeiro-ministro). No entanto, ele continuou comprometido com as políticas que foram claramente destinadas a fiscalizar o crescente poder da China (por exemplo, através do reforço do papel da Marinha de Auto Defesa do Japão, para conter o fortalecimento naval da China), e manteve constante seu tom assertivo com China” (ROSE, 2013, p.3, tradução nossa).

Apesar das implicações domésticas que influenciam na posição de cada país para lidar com o conflito, no cenário externo, de maneira geral, o acirramento recente das tensões no conflito das ilhas Senkaku/Diaoyu, pode ser visto como uma expressão da mudança de poder que está ocorrendo na Ásia Oriental, com uma China mais assertiva, tentando enfrentar um Japão em declínio. O efeito dessa mudança de poder gradual em favor da China é fazer com que este país se perceba cada vez mais, numa posição de exigir mudanças nas regras e no *status quo* relativo às ilhas Senkaku/Diaoyu. Para Smith, “isso poder explicar por que a China atualmente parece estar aumentando sua pressão sobre o Japão- incluindo uma postura militar-, fazendo com que em cada episódio a disputa se inflame” (SMITH, 2013, p.38, tradução nossa), sendo assim a probabilidade de acidentes ou choques aumentam ainda mais.

A visão da autora deste trabalho concorda com a linha de pensamento de Smith. As dificuldades no contencioso pela soberania das ilhas Diaoyu/Senkaku, no contexto da sensibilidade histórica sino-japonesa que continua persistente e é fator preponderante até hoje no relacionamento destes dois países, assim como outras questões fundamentalmente importantes do conflito; como as implicações políticas que esse conflito pode ocasionar em outras disputas territoriais existentes entre os dois países e nações terceiras, especialmente para a China no contexto de suas disputas por territórios no Mar do Sul e para o Japão nos seus conflitos territoriais a noroeste; a questão estratégica de reservas energéticas ao redor das ilhas e um recente dilema de segurança gerado pelo fortalecimento militar destes dois países (apesar de isso não ter sido objeto de estudo deste trabalho); faz com que provavelmente, este seja o maior desafio ao discurso de ascensão pacífica da China (especialmente na sua ascensão regional) na atualidade, já que recentemente o contencioso das ilhas Diaoyu/Senkaku tem sido o maior foco de tensões entre essas duas nações, o que torna difícil no longo prazo para o governo chinês, sustentar essa estratégia.

Ao contrário de outras disputas territoriais que a China enfrenta com nações vizinhas no Mar do Sul, o conflito da China pelas ilhas Diaoyu/Senkaku não ocorre com uma nação muito mais fraca economicamente e militarmente, como Vietnã ou Filipinas. O Japão é um país capaz de rivalizar e dar respostas à emergência chinesa, se essa vier a se desdobrar em posições mais agressivas da China em relação às suas reivindicações nos seus conflitos com o Japão. Além disso, a aliança estratégica japonesa com os Estados Unidos ajuda a reforçar essa sua posição de potencial rival da China.

A complexidade da disputa pelas ilhas Diaoyu/Senkaku faz com que as chances de um conflito não intencional incentivado por questões nacionalistas internas ou ocasionados por um erro de cálculo tático de uma das partes continue a crescer. Caso uma das partes resolva dar passos mais ousados na disputa pelas ilhas, que levem a uma nova escalada de tensões políticas entre os dois países, e que possam ir além dos instrumentos da diplomacia que até então permaneceram; então um possível embate militar entre essas nações tornará ineficiente a estratégia de ascensão pacífica da China, reforçando a ideia de que nem sempre o discurso defendido por um país, converte-se em ações. Assim sendo, as oportunidades para a resolução pacífica desta disputa podem desaparecer e as implicações para o futuro da paz e estabilidade na Ásia Oriental poderão estar potencialmente agravadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo buscou em sua primeira parte, analisar a estratégia de ascensão pacífica da China ao longo dos últimos anos. A China vem cada vez mais se destacando no cenário internacional, emergindo como uma potência econômica e militar, especialmente no seu âmbito regional. No entanto, a ascensão chinesa tem suscitado dúvidas quanto à natureza das ações futuras daquele país: irá a China contestar a ordem internacional vigente dentro da qual se desenvolveu aceleradamente nos últimos anos ou poderá ela emergir pacificamente?

Desde a década de 70, quando o país normalizou suas relações com os Estados Unidos e Japão, e realizou importantes reformas econômicas, a estratégia do governo chinês tem sido um discurso de emergência ou desenvolvimento pacífico. Inicialmente essa estratégia buscava criar um cenário externo favorável que não trouxesse empecilhos para o principal objetivo do país: o desenvolvimento econômico interno. No entanto, nos últimos anos, o cenário mundial passou por importantes transformações, assim como a própria China que emergiu como importante peça-chave na dinâmica política e econômica da Ásia Oriental. Diante deste novo contexto e em meio a questionamentos sobre que tipo de potência viria a ser uma China poderosa, o governo chinês manteve uma continuidade na sua estratégia de política externa pacífica, lançando em 2003, o conceito de “ascensão pacífica”. Esse conceito tem se demonstrado como a principal estratégia de política externa da China no século XXI e busca acalmar os temores de que a emergência chinesa pode vir a se tornar motivos de preocupações para a estabilidade regional da Ásia, assim como para a ordem internacional. No discurso de ascensão pacífica, o governo chinês tenta demonstrar ao mundo que tipo de potência a China

almeja ser na ordem internacional: uma que preza pela paz e coexistência entre as nações, pautada por relações harmoniosas.

Para Mearsheimer, teórico neorrealista americano, a China não poderá ascender pacificamente, já que ao tornar-se poderosa no cenário internacional, ela tentará alterar as regras do jogo, levando a conflitos com os Estados Unidos (atual *hegemon*), além de buscar a dominância de seu entorno regional. Em contraposição a esta visão, Buzan, teórico da escola inglesa, considera que a ascensão pacífica chinesa é um processo possível de ocorrência, no entanto, ele demandará muitos esforços e desafios para a China, e essa deverá estar observante na dinâmica dos processos regional e global, que irão interagir e serão determinantes para a sua ascensão.

No entanto, o segundo e o terceiro capítulo deste trabalho buscaram questionar a discurso de ascensão pacífica da China, ao apresentar uma análise das relações sino-japonesas ao longo do século XX até a atualidade e o contencioso pelas ilhas Diaoyu/Senkaku com o Japão, que se configuram, na visão da autora, como o maior desafio a estratégia de ascensão pacífica chinesa no seu entorno regional.

A breve análise da posição do Japão na Ásia Oriental, na atualidade, permitiu observar que este país exibe fatores que o habilitam a confrontar a emergência chinesa, já que no contexto atual, os dois países configuram-se como as duas grandes potências regionais, que cada vez mais disputam a influência política e econômica no entorno do Leste Asiático. No que tange as relações sino-japonesas, observou-se quatro fases importantes desde o final do século XIX até a atualidade.

A primeira fase que ocorreu desde a Guerra Sino-Japonesa em 1895, até o final da Segunda Guerra Mundial, marcou a proeminência do Japão imperialista e expansionista que subjuguou a China. Desta época, em que foram cometidas atrocidades e aquisição de territórios chineses por parte do Japão, ficaram marcas históricas profundas que até hoje assombram as relações sino-japonesas.

A segunda fase do relacionamento ocorreu entre o pós-Segunda Guerra e o reatamento das relações sino-japonesas em 1972. Neste período, na conjuntura da Guerra Fria, Japão e China não mantiveram relações políticas oficiais, no entanto, as relações econômicas entre os países começaram a crescer.

O terceiro período do relacionamento sino-japonês englobou desde o ano de 1972 até o final da Guerra Fria. 1972 marcou o ano em que os dois países reataram formalmente suas relações diplomáticas, dando início a um período de grande fluxo de comércio e investimentos, além de relações políticas relativamente harmoniosas. Neste período, apesar de o contencioso das Ilhas Diaoyu/Senkaku ter sido levantado em discussões durante a normalização das relações, assim como no ano de 1978, os países optaram por realizar um “acordo verbal”, no qual decidiu-se que as negociações sobre o assunto deveriam ser deixadas para o futuro, de maneira a não criar grandes entraves que pudessem fragilizar o reatamento das relações diplomáticas.

A quarta fase do relacionamento sino-japonês vai desde a Guerra Fria até a atualidade. Com o fim da Guerra Fria, importantes mudanças estruturais na dinâmica da Ásia, com a emergência da China e a estagnação da economia japonesa, assim como alterações no cenário doméstico de cada país, colocaram novos desafios às relações sino-japonesas. Desde então, as relações bilaterais entre esses dois países tem sido marcadas por um paradoxo: no âmbito econômico, os dois países são grandes parceiros comerciais e com um grau elevado de interdependência em suas economias; no entanto, no cenário político, o relacionamento desses dois vizinhos tem sido cada vez mais marcado por tensões, especialmente no que diz respeito a contestação da soberania das Ilhas Diaoyu/Senkaku.

Por fim, o terceiro capítulo abordou o contencioso das ilhas Diaoyu/Senkaku entre Japão e China. A disputa pela soberania deste arquipélago ganhou força após a descoberta de reservas energéticas na área, nos anos setenta. Contudo, o conflito por estas ilhas não é meramente um problema sobre petróleo. Ele aborda questões de um histórico de relacionamento conflituoso entre os dois países, durante a primeira metade do século XX, e que até hoje tem influência nas relações bilaterais sino-japonesas; além dos interesses internos dos governos, como a legitimidade perante as suas populações, já que este conflito suscita sentimentos nacionalistas tanto no Japão quanto na China; e por fim, os efeitos que a resolução dessa disputa pode ter em outros conflitos territoriais ainda não resolvidos para os dois países, como por exemplo, a respeito da problemática que envolve a China, Vietnã e Filipinas no Mar do Sul da China, e para o Japão na recuperação das Ilhas Curilas, que atualmente estão sob controle russo, além do conflito pelos rochedos Liancourt com a Coreia do Sul.

Nos últimos anos, com o acirramento das tensões na disputa pelas ilhas Diaoyu/Senkaku, percebe-se que a China tem cada vez mais adotado posições assertivas em relação ao Japão, e que o último tem mantido uma postura irredutível em relação a soberania das ilhas, afirmando que a essa questão é incontestável e o interesse chinês somente surgiu após a descoberta de reservas energéticas na área. Os dois países tem sido cautelosos na condução desse contencioso até o momento, no entanto, a ocorrência de incidentes cada vez mais constantes naquela área, faz com que esse conflito seja o tema mais volátil nas relações bilaterais entre esses dois países.

A conclusão da autora a respeito do assunto é que com uma China tornando-se cada vez mais poderosa no cenário internacional e com o Japão sentindo-se em uma posição cada vez mais desconfortável, em que perde influencia no cenário regional, tornar-se-á gradativamente mais difícil para a China manter sua premissa de ascensão pacífica como uma estratégia de política externa no seu relacionamento com o Japão no longo prazo, diante de um desafio tão grande que é a resolução deste conflito. Como relatado por Buzan no primeiro capítulo a respeito da ascensão pacífica chinesa, os desafios que a China enfrenta atualmente e que enfrentará nos próximos trinta anos são muito mais complexos e difíceis do que aqueles com que o país lidou nas últimas três décadas. Sendo assim, a resolução da disputa pelas ilhas Diaoyu/Senkaku demandará muita habilidade por parte da diplomacia chinesa em lidar com o seu vizinho Japão, para que as relações bilaterais entre esses dois países não se converta em um cenário de instabilidade e possivelmente guerra, na Ásia Oriental. O desenvolvimento da resolução deste conflito nos próximos anos poderá demonstrar se a estratégia de ascensão pacífica chinesa será ou não posta à prova pelo Japão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Gabriela C. G. **A Diplomacia de “Ascensão Pacífica” Como Estratégia de Política Externa da China: As Relações com o Vietnã e as Disputas Sobre as Ilhas.** Tese de mestrado em Relações Internacionais. PUC/SP. São Paulo. 2013.
- ASADA, Masahiko. Senkaku/Diaoyu Islands. **Max Planck Encyclopedia of Public International Law. Oxford, 2007.**
- AVERY, Emma C.; DUMBAUGH, Kerry; COOPER, William H. **Sino-Japanese Relations: Issues for U.S. Policy.** Congressional Research Service, 2008
- BARNOUIN, Barbara; CHANGGEN, Yu. **Chinese Foreign Policy during the Cultural Revolution.** New York: Columbia University Press, 1998.
- BEUKEL, Erik. **Popular Nationalism in China and the Sino-japanese relationship: the conflict in the East China Sea an Introductory Study.** DIIS Report. Denmark, 2011.
- BRZEZINKSI, Zbigniew & MEARSHEIMER, John J., **Clash of the Titan,** Foreign Policy, Jan/Fev 2005.
- BORGES, Marcos A. S. **Segurança Energética no Mar da China: o Caso das Ilhas Senkaku/Diaoyu.** Revista de Geopolítica, Natal, v. 5, nº 1, p. 15-30, jan./jun. 2014.
- BUZAN, Barry. **China in International Society: is “Peaceful Rise” Possible?** The Chinese Journal of International Politics. Vol. 3. 2010.
- CALDER, K. **China and Japan’s Simmering Rivalry.** Foreign Affairs. Março 2006. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/61515/kent-e-calder/china-and-japans-simmering-rivalry>>. Acesso em: 20/08/2014
- CAIRO Communiqué, 1943. Disponível em: <http://www.ndl.go.jp/constitution/e/shiryu/01/002_46/002_46tx.html>. Acesso em: 30/08/2014.
- CARDOSO, J. C. Jr; ACIOLY L.; MATIJASCIC, M. **Trajetórias recentes de desenvolvimento : estudos de experiências internacionais selecionadas.** Brasília: IPEA, 2009.
- CHANG, I. **The Rape of Nanking.** London. Penguin Books, 1998.
- CHEN, Zhimin. “**Nationalism, Internationalism and Chinese Foreign Policy**”, Vol. 14 Journal of Contemporary China, 2005.
- CHINA DAILY. Disponível em: < <http://www.chinadaily.com.cn/>>. Acesso em: 10/08/2014.
- CHINA DAILY; GENRO NPO. **The tenth Japan China Public Poll.** Analysis Report. 2014.
- CHO, Il Hyun; PARK, Seo-Hyun. **Anti-Chinese and Anti-Japanese Sentiments in East Asia: The Politics of Opinion, Distrust, and Prejudice.** The Chinese Journal of International Politics, Vol. 4, 2011.
- CHRISTENSEN, Thomas, J. **China, the U.S.- Japan Alliance and the Security Dilemma in East Asia.** International Security, vol. 23, n. 4, 1999.

DIETRICH, Craig. **People's China: A Brief History**. 3rd Ed. Orfoxd University Press. Orfoxd, 1998.

DRIFTE, Reinhard. **Japanese-Chinese territorial disputes in the East China Sea – between military confrontation and economic cooperation**. Working paper, Asia Research Centre, London School of Economics and Political Science, London UK, 2008.

DRIFTE, Reinhard. **The Japan-China Confrontation over the Senkaku/Diaoyu Islands- Between “shelving” and “dispute escalation”**. The Asia-Pacific Journal, Vol. 12, N. 3, Jullho, 2014.

DUARTE, Paulo. **Soft China: O Caráter Evolutivo da Estratégia de Charme Chinesa**. Contexto Internacional: Rio de Janeiro, 2007.

FRAVEL, M. Taylor. **Explaining Stability in the Senkaku (Diaoyu) Islands Dispute**. Japan Center for International Exchange. 2010.

GLASER, Bonnie; MEDEIROS, Evan S. **The Changing Ecology of Foreign Policy-Making in China: The Ascension and Demise of the Theory of “Peaceful Rise”**. The China Quarterly, vo. 190, 2007.

GRANT, Charles. **Japan's response to China's rise**. Centre for Eupean Reform. London, 2014.

GREEN, M. **“Japan is back: why Tokyo's New Assertiveness is good for Washington”**. Real Clear Politics. Março, 2007.

GU, Jing; HUMPHREY, John ; MESSNER, Dirk. **Global governance and developing countries: The implications of the rise of China**. German Development Institut. Bonn, 2007.

HERRANZ, Helena. **Diaoyu or Senkaku? Strained Relations in the East China Sea**. European Institute for Asian Studies, 2012.

JACQUES, Martin. **When China Rules the World: The End of the Western World and the Birth of a New Global Order**. Penguin Books. 2012.

JAPAN TIMES. Disponível em: <[http:// www.japantimes.co.jp](http://www.japantimes.co.jp)>. Acesso em:08/09/2014.

Joint Press Availability with Japanese Foreign Minister Seiji Maehara, Hawaii, 27 de Outubro 2010. Disponível em: < <http://m.state.gov/md150110.htm>>. Acesso em 05/11/2014.

KEOHANE; NYE. **Power and Interdependence** (Boston, MA: Little, Brown and Co.,1977.

KISSINGER, Henry. **On China**. The Penguin Press, 2011.

LAVELLE, Marianne; SMITH, Jeff. **Why Are China and Japan Sparring Over Eight Tiny, Uninhabited Islands? National Geographic, 2012. Disponível em: < <http://news.nationalgeographic.com/news/energy/2012/10/121026-east-china-sea-dispute/>>. Acesso em: 05/11/2014.**

LOHMEYER, Martin. **The Diaoyu/Senkaku Island Dispute: Questions of Sovereignty and Suggestions for Resolving the Dispute**. Tese de mestrado em Direito. University of Canterbury. 2008.

LYRIO, Mauricio Carvalho. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. Brasília : FUNAG, 2010.

MANYIN, Mark E. **Senkaku (Diaoyu/Diaoyutai) Islands Dispute: U.S. Treaty Obligations**. CRS Report for Congress: Prepared for Members and Committees of Congress. 2013.

MEDEIROS, Evan, S.; FRAVEL, Taylor, M. **China's New Diplomacy**. Foreign Affairs, 2003. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/59362/evan-s-medeiros-and-m-taylor-fravel/chinas-new-diplomacy>>. Acesso em: 20/08/2014.

MEDEIROS, Evan S.; Crane K.; Heginbotham E.; Levin N. D.; Lowell J. F.; Rabasa A.; Seong S. **Pacific Currents: The Responses of U. S. Allies and Security Partners in the East Asia to China's Rise**. Rand, 2008.

MORISHIMA, M. **Why has Japan succeeded?** Cambridge University Press, 1982.

NAUGHTON, Barry. **The Chinese Economy**. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts, 2007.

NONNENBERG, Marcelo J. B. **China: estabilidade e crescimento econômico**. Revista de Economia Política, vol.30, n.2, pp. 201-218, 2010.

NYE, Joseph S., Jr. **Bound to Lead: The Changing Nature of American Power** (New York: Basic Books,1990)

NYE, Joseph S. Nye, Jr, **The Paradox of American Power: Why the World's Only Superpower Can't Go It Alone**. New York: Oxford University Press, 2002.

OLIVEIRA, Amaury, P. **China e Japão: Parceiros ou Rivais**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1995.

PAN, Zhongqi. **Sino-Japanese Dispute over the Diaoyu/Senkaku Islands:**

The Pending Controversy from the Chinese Perspective. Journal of Chinese Political Science, vol. 12, no. 1, 2007

PEOPLE. Disponível em: <<http://english.people.com.cn/92824/92845/92870/6441512.html>>. Acesso em: 12/09/2014.

ROSE, Caroline. **Tensions in Sino-Japanese Relations in 2012 and 2013: plus ça change?** White Rose East Asia Centre. University of Leeds, 2013.

SHENG, Ding. **Analyzing Rising Power from the Perspective of Soft Power: a new look at China's rise to the status quo power**. Journal of Contemporary China, 2010.

SMITH, Paul. **The Senkaku/Diaoyu Island Controversy: A Crise Postponed**. Naval War College Review, Vol. 66, No. 2, 2013.

TORRES, Ernani T. F. **A crise da economia japonesa nos anos 90: impactos da bolha especulativa**. Revista de Economia Política, vol. 17, n.1, janeiro-março 1997.

The Postdam Declaration, 1945. Disponível em: <<http://afe.easia.columbia.edu/ps/japan/potsdam.pdf>>. Acesso em: 30/08/2014.

The U. S. Energy Information Administration. Disponível em:
<<http://www.eia.gov/countries/regions-topics.cfm?fips=ecs>>. Acesso em: 05/11/2014.

Treaty of Mutual Cooperation and Security between Japan and the United States of America, 1960. Disponível em: < <http://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/q&a/ref/1.html>>. Acesso em: 30/08/2014.

Treaty of Peace with Japan. San Francisco, 1951. Disponível em: < <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%20136/volume-136-I-1832-English.pdf>>. Acesso em: 30/08/2014.

Treaty of Shimonoseki, 1985. Disponível em:
<<http://www.taiwandocuments.org/shimonoseki01.htm>>. Acesso em: 30/08/2014.

UNITED NATIONS. United Nations Convention on the Law of Sea. 1982.

WANG, J. **The Simultaneous Slide in Chinese-American and Chinese-Japanese Relations Is Not Beneficial**, setembro 2014. Disponível em:
<<http://comment.cfnisnet.com/2014/0901/1299836.html>>. Acesso em 8/10/2014.

YAMAZATO, Augusto. **História Ilustrada do Japão**. São Paulo: Editora 5 cores, 1967

YAN, Xuetong. **The rise of China in Chinese eyes**. Journal of Contemporary China, 2001.